VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2014

www.victoria-seguros.pt

ÍNDICE

03 Estrutura de Governo da Sociedade

1 RELATÓRIO

05 Relatório do Conselho de Administração

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

11 Balanços
15 Demonstração dos Resultados
18 Demonstração do Rendimento Integral
19 Demonstração dos Fluxos de Caixa
21 Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios
24 Notas às Demonstrações Financeiras

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

139 Certificado Legal de Contas
140 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

4 ANEXOS

142 Participação nos Resultados - Ramo Vida

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

VICTORIA-SEGUROS S.A.

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA S.A.

Relatório e contas aprovado em AG a 30 de Março de 2015

Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados, Sociedade Advogados (representada por Maria Mateus Pinto)
Secretário

Conselho de Administração

Alain Dupont
Presidente

Christian Baffy
Vogal

Pierre Esparbès
Vogal

Bernard Milléquant
Vogal

Hubert Rodarie
Vogal

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Santiago Gil de Biedma
Vogal

António Vilar
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernest & Young Audit & Associados - S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178) (representada por Ana Salcedas (ROC nº 1230)
Efetivo

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Suplente

Conselho Executivo

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho
Diretor Geral Adjunto

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

1 RELATÓRIO

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

www.victoria-seguros.pt

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2014.

1.1 Atividade da Empresa

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. explora em Portugal todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de poupança reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência. Assume ainda, no âmbito da legislação aplicável, a gestão de fundos de pensões. O resseguro aceite não é explorado pela VICTORIA.

1.2 Prémios

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 43.374.192 (2013: EUR 38.406.287) evidenciando um aumento de 12,9% (2013: aumento de 10,3%).

Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efetuadas pelos tomadores de seguro, registou uma quebra de 29,6% (2013: quebra de 22,6%) situando-se em EUR 1.278.661 (2013: EUR 1.799.929).
O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi assim de EUR 44.652.853 (2013: EUR 40.206.213) registando-se assim um aumento de 11,1% (2013:8,2%).

1.3 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros situaram-se em EUR 38.869.565 (2013: EUR 36.849.268), evidenciando um aumento de 5,5% (2013: aumento de 1,5%), tendo-se registado um aumento de vencimentos de 13,9 % (2013: -9,0 %) e um decréscimo de capitais por morte e invalidez de 12,7% (2013: -16,2%). Os resgates tiveram um aumento de 0,3% (2013: aumento de 19,5%).

1.4 Resseguro Cedido

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique, a John Hancock, em Boston, a Naci-onal de Reaseguros, a Scor Global Life

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

Ibérica, a Mapfre Re e a RGA Re em Madrid e a Han-nover Re, em Hannover. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

1.5 Custos de exploração líquidos

Os custos de exploração líquidos situaram-se em EUR 7.203.941 (2013: EUR 8.719.170).

1.6 Investimentos

A carteira de investimentos atingiu, no final de 2014, um montante de EUR 250.724.934 (2013: EUR 258.169.664). Numa conjuntura conturbada dos mercados financeiros, os proveitos de investimentos atingiram EUR 8.379.823 (2013: EUR 8.084.513) e a reserva de reavaliação situava-se no final do ano em EUR 11.456.682 (2013: EUR 7.616.839).

1.7 Fundos de Pensões

O volume de ativos de Fundos de Pensões sob gestão atingiu em 2014 um montante de EUR 26.966.788 (2013: EUR 25.265.078).

1.8 Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 2,64 (2013: 2,31).

1.9 Governo da Sociedade

Os membros do órgão de administração, uma vez que integram outros órgãos de gestão de sociedades do grupo SMABTP, não são remunerados pela sociedade.
No que se refere ao órgão de fiscalização, a remuneração dos membros do Conselho fiscal consiste numa quantia fixa determinada em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.
Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

		2014
Conselho Fiscal		6.000,00
Presidente	João Lara	-
Vogal	Santiago Gil de Biedma	3.000,00
Vogal	António Vilar	3.000,00

1.10 Outras informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

1.11 Ligações de grupo, recursos comuns

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. O Grupo SMABTP opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no setor de seguros de construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMABTP.
Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos , observando a natureza e o fim da despesa.

1.12 Resultado do exercício e proposta da sua aplicação

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 440.490 (2013: EUR -32.356). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos Resultados, é de EUR 338.623 (2013: EUR 296.111). Propomos que após a dotação de EUR 33.862 à reserva legal, o remanescente de EUR 304.761 seja levado a resultados transitados.

1.13 Consolidação de resultados

As nossas contas são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.. O relatório consolidado contém informações mais detalhadas acerca da atividade das empresas do grupo. Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMABTP, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

1.14
Previsões para 2015

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento em janeiro de 2015 atingiu EUR 4.147.589 (2014: EUR 3.190.989).
No ano 2015 vamos prosseguir com a consolidação da recuperação iniciada em 2012, mantendo resultados positivos assim como o adequado nível de solvência.

Vamos aprofundar os conceitos estratégicos que diferenciaram os últimos três anos da VICTORIA, procurando sempre uma maior proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, atualizar uma oferta diferenciada de produto, assegurando um posicionamento de especialização e uma proposta de valor distinta.
Vamos continuar a procurar fortalecer a filosofia de produtos com estrutura modular e multi-ramo, apostando na distribuição especializada, na cooperação com a Império Assurances e na exploração, junto dos parceiros preferenciais, de formas alternativas de retenção e crescimento rentáveis.

Vamos no ano 215 consolidar e aprofundar os passos dados em 2014 com o novo processo de cotações, com o propósito de elevar a eficiência e adequação do risco na gestão dos processos e do negócio.

Vamos manter os esforços na atualização dos portais VICTORIA como ferramenta de comunicação com o nosso cliente, o agente profissional rentável, assim como na melhoria da qualidade de dados, da informação de gestão e na revisão de processos que nos permitirão implementar as ferramentas inerentes ao projeto de Solvência II.

A formação continua a ser um eixo estratégico de desenvolvimento da VICTORIA, pelo que iremos reforçar o investimento em ações que aumentem o potencial dos nossos recursos. Da mesma forma, continuaremos a fortalecer a organização das ações de Responsabilidade Social interna.
A sustentabilidade do nosso negócio e da VICTORIA, num enquadramento económico ainda desfavorável, constitui um objetivo muito ambicioso. O Plano do ano 2015 foi construído a partir das ações propostas para responder a dois grandes desafios que temos pela frente:

- Captação e Base de distribuição do negócio VICTORIA
- Defesa e Retenção do negócio VICTORIA

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

1.15
Considerações finais

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA pela sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

Lisboa, 25 de março de 2015

O Conselho de Administração

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

www.victoria-seguros.pt

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.809.408		3.809.408	5.588.117
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	590		590	
4	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	34.486.064		34.486.064	43.584.345
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	5.162.274		5.162.274	15.512.507
	Títulos de dívida	29.323.790		29.323.790	28.071.838
	Outros				
	Derivados de cobertura				
5	Ativos disponíveis para venda	179.645.164	636.312	179.008.852	186.075.708
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	9.699.142	636.312	9.062.830	15.885.097
	Títulos de dívida	169.946.022		169.946.022	170.190.611
	Outros				
	Empréstimos e contas a receber	10.274.134	-	10.274.134	1.583.353
	Depósitos junto de empresas cedentes				
6	Outros depósitos	933.234		933.234	933.368
6	Empréstimos concedidos	9.340.900		9.340.900	649.985
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter até à maturidade				
	Terrenos e edifícios	26.955.294	14.967	26.940.327	26.894.686
2	Terrenos e edifícios de uso próprio	1.704.500	14.967	1.689.533	1.720.778
2	Terrenos e edifícios de rendimento	25.250.794		25.250.794	25.173.908
8	Outros ativos tangíveis	4.459.431	4.148.251	311.180	423.509

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
8	Inventários	30.381		30.381	44.031
	Goodwill				
9	Outros ativos intangíveis	6.286.183	5.184.014	1.102.169	572.858
	Provisões técnicas de resseguro cedido	60.000	-	60.000	100.000
	Provisão para prémios não adquiridos				
	Provisão matemática do ramo vida			-	-
13	Provisão para sinistros	60.000		60.000	100.000
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
11	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	701.919		701.919	857.803
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.342.273	377.424	3.964.849	4.214.408
10	Contas a receber por operações de seguro direto	1.459.603	246.680	1.212.923	1.660.620
10	Contas a receber por outras operações de Resseguro	733.437		733.437	604.387
10	Contas a receber por outras operações	2.149.233	130.744	2.018.489	1.949.401
	Ativos por impostos	545.685	-	545.685	917.068
	ativos por impostos correntes	299.948		299.948	330.421
12	ativos por impostos diferidos	245.737		245.737	586.647
16	Acréscimos e diferimentos	267.758		267.758	27.618
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	271.864.284	10.360.968	261.503.316	270.883.504

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	187.802.941	189.714.894
13	Provisão para prémios não adquiridos	885.702	905.163
13	Provisão matemática do ramo vida	169.712.764	172.138.019
13	Provisão para sinistros	6.841.696	7.094.431
13	De vida	6.841.696	7.094.431
	De acidentes de trabalho		
	De outros ramos		
13	Provisão para participação nos resultados	5.804.385	6.616.556
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	970.605	1.305.978
	Provisão para participação nos resultados atribuída	4.833.780	5.310.578
13	Provisão para compromissos de taxa	4.558.394	2.960.725
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas		
14	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	35.568.787	45.701.461
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
11	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	148.850	110.481
	Outros credores por operações de seguros e outras operações	4.309.753	4.329.351
15	Contas a pagar por operações de seguro direto	3.314.934	2.961.627
15	Contas a pagar por outras operações de resseguro	737	384
15	Contas a pagar por outras operações	994.082	1.367.340

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	Passivos por impostos	1.363.522	678.117
12	Passivos por impostos correntes	971.130	446.937
12	Passivos por impostos diferidos	392.392	231.180
16	Acréscimos e diferimentos	1.310.043	2.397.815
29	Outras Provisões	681.624	755.859
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	231.185.520	243.687.978
	CAPITAL PRÓPRIO		
17	Capital	8.500.000	8.500.000
	(Ações Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	11.456.682	7.616.839
17	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	11.188.271	7.464.954
17	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	268.411	151.885
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda Estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	(2.940.352)	(1.999.590)
18	Outras Reservas	10.487.932	10.573.755
	Resultados Transitados	2.474.911	2.208.411
	Resultado do exercício	338.623	296.111
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	30.317.796	27.195.526
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	261.503.316	270.883.504

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	40.574.802		40.574.802	34.950.911
21	Prémios brutos emitidos	43.374.192		43.374.192	38.406.287
	Prémios de resseguro cedido	(2.813.920)		(2.813.920)	(3.331.041)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	14.530		14.530	(124.335)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)				
22	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	556.883		556.883	702.811
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(38.432.433)		(38.432.433)	(36.447.057)
	Montantes pagos	(38.645.168)		(38.645.168)	(37.020.285)
	Montantes brutos	(39.122.300)		(39.122.300)	(37.326.473)
	Parte dos resseguradores	477.132		477.132	306.188
	Provisão para sinistros (variação)	212.735		212.735	573.228
	Montantes brutos	252.735		252.735	477.205
	Parte dos resseguradores	(40.000)		(40.000)	96.023
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(1.597.669)		(1.597.669)	(471.592)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	2.934.801		2.934.801	5.752.378
	Montantes brutos	2.934.801		2.934.801	5.752.378
	Parte dos resseguradores			-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.278.290)		(1.278.290)	(1.077.899)
	Custos e gastos de exploração líquidos	(7.203.941)		(7.203.941)	(8.719.170)
	Custos de aquisição	(3.109.293)		(3.109.293)	(3.404.400)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(389.141)		(389.141)	(481.004)
	Gastos administrativos	(5.036.851)		(5.036.851)	(6.031.726)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	1.331.344		1.331.344	1.197.960
	Rendimentos	6.513.461	30.386	6.543.847	7.178.891
23	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	6.238.096		6.238.096	6.935.670

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
23	Outros	275.365	30.386	305.751	243.221
	Gastos financeiros	(753.183)	(3.836)	(757.019)	(402.035)
24	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
24	Outros	(753.183)	(3.836)	(757.019)	(402.035)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	1.921.559	(48.107)	1.873.452	1.042.967
25	De ativos disponíveis para venda	1.921.559	(48.107)	1.873.452	1.042.967
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros				-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(2.621.971)	-	(2.621.971)	(2.082.320)
26	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.621.971)		(2.621.971)	(2.082.320)
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(145.683)	-	(145.683)	(207.461)
27	De ativos disponíveis para venda	(145.683)		(145.683)	(207.461)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
28	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(27.846)		(27.846)	(22.535)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
29	Outras provisões (variação)		73.323	73.323	230.135
30	Outros rendimentos/gastos		105.536	105.536	70.672
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	440.490	157.302	597.792	498.696
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			46.862	(293.616)
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(306.031)	91.031
	RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTOS	440.490	157.302	338.623	296.111

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

	2014	2013
Resultado líquido do exercício	338.623	296.111
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	5.019.570	(2.442.497)
Por via de alienações	(1.623.817)	86.838
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	108.716	-
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	335.374	635.442
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	(940.762)	474.729
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	(115.434)	15.166
Impostos diferidos e correntes decorrentes dos ganhos e perdas atuariais	-	-
Total do rendimento integral	**3.122.270**	**(934.211)**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	EXERCICIO	EXERCICIO ANTERIOR
1 ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos	186.537.693	174.461.107
Clientes (prémios recebidos)	38.413.159	34.772.041
Venda/amortização de ativos financeiros(Inv)	148.121.716	138.943.623
Juros e dividendos (Inv)	2.818	1.911
Recebimentos de taxas e impostos	-	-
Regularização c/c Seguradoras	-	743.532
Pagamentos	187.475.793	(175.847.113)
Clientes (sinistros e estornos)	44.440.164	43.729.739
Comissões	871.200	850.070
Resseguradores	461.389	924.450
Outros Prestadores	(1.157.667)	(1.405.297)
Fornecedores Diversos	3.103.140	2.611.306
Pagamentos a colaboradores	2.702.648	2.096.585
Compra de ativos financeiros (Inv)	131.007.837	118.759.248
Pagamento de taxas e impostos	3.155.713	2.856.464
Despesas de viagem Fundo Fixo de Caixa	120.716	44.914
Fundo Fixo de Caixa	3.653	9.634
Regularização c/c Seguradoras	2.767.000	5.370.000
Fluxo das atividades operacionais	**(938.100)**	**(1.386.006)**
2 ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimentos		
Investimentos financeiros (reembolso de Emp. Conc.)		-
Imobilizações corpóreas (alienação)		-
Imobilizações incorpóreas (alienação)		-
Juros de Emp. Conc.		-
Dividendos de participações		-

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	EXERCICIO	EXERCICIO ANTERIOR
Pagamentos	(840.609)	(532.274)
Investimentos financeiros (Const. Emp.concedidos)		-
Imobilizações corpóreas (aquisição)	34.051	213.276
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	806.558	318.698
Fluxo das atividades de Investimentos	**(840.609)**	**(532.274)**
3 ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos		
Empréstimos obtidos (pela constituição)		-
Aumentos de Capital		-
Doações		-
Pagamentos		
Empréstimos obtidos (Juros e reembolsos)		-
Amortização de contratos de locação financeira		-
Dividendos		-
Fluxo das atividades de financiamento		
4=1+2+3 Total do Fluxo de Caixa	**(1.778.709)**	**(1.918.280)**
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	**5.588.117**	**7.506.397**
Caixa e seus equivalentes no final do período	**3.809.408**	**5.588.117**

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Balanço a 31 de dezembro 2012	8.500.000	9.195.812	141.244	(2.474.319)	2.246.715	2.500.000	5.800.451	2.105.608	114.226	28.129.737
Correções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balanço de abertura alterado	8.500.000	9.195.812	141.244	(2.474.319)	2.246.715	2.500.000	5.800.451	2.105.608	114.226	28.129.737
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(2.355.659)								(2.355.659)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio										-
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		624.801	10.641							635.442
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				474.729						474.729
Aumento de reservas por aplicação de resultados					11.423					11.423
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/ prejuízos								102.803	(114.226)	(11.423)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio							15.166			15.166
Total das variações do capital próprio	-	(1.730.858)	10.641	474.729	11.423	-	15.166	102.803	(114.226)	(1.230.322)
Resultado líquido do período									296.111	296.111
Distribuição antecipada de lucros										
Balanço a 31 de dezembro 2013	8.500.000	7.464.954	151.885	(1.999.590)	2.258.138	2.500.000	5.815.617	2.208.411	296.111	27.195.526
Correções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balanço de abertura alterado	8.500.000	7.464.954	151.885	(1.999.590)	2.258.138	2.500.000	5.815.617	2.208.411	296.111	27.195.526
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		3.395.753								3.395.753
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			108.716							108.716
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		327.564	7.810							335.374

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				(940.762)						(940.762)
Aumento de reservas por aplicação de resultados					29.611					29.611
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/ prejuízos								266.500	(296.111)	(29.611)
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio							(115.434)			(115.434)
Total das variações do capital próprio	-	3.723.317	116.526	(940.762)	29.611	-	(115.434)	266.500	(296.111)	2.783.647
Resultado líquido do período									338.623	338.623
Distribuição antecipada de lucros										
Balanço a 31 de dezembro 2014	8.500.000	11.188.271	268.411	(2.940.352)	2.287.749	2.500.000	5.700.183	2.474.911	338.623	30.317.796

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE

I. Introdução
II. Informação por Segmentos
III. Políticas Contabilísticas
IV. Gestão de Riscos
V. Notas ao Balanço
- NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
- NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
- NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
- NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
- NOTA 5 – Ativos disponíveis para venda
- NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber
- NOTA 7 – Afetação dos Investimentos
- NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários
- NOTA 9 – Outros ativos intangíveis
- NOTA 10 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 11 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
- NOTA 12 – Ativos e Passivos por impostos
- NOTA 13 – Provisões Técnicas
- NOTA 14 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
- NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 16 – Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 17 – Capital Próprio
- NOTA 18 – Reserva Legal
- NOTA 19 – Transações entre partes relacionadas
- NOTA 20 – Elementos extra patrimoniais

VI. Notas à Conta de Ganhos e Perdas
- NOTA 21 – Prémios de contratos de seguro
- NOTA 22 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
- NOTA 23 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 24 – Gastos Financeiros
- NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados
- NOTA 27 – Perdas de Imparidades
- NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 29 – Outras Provisões
- NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 31 – Gastos diversos por função
- NOTA 32 – Gastos com o pessoal

VII. Eventos subsequentes à data de encerramento
VIII. Justo valor de ativos e passivos financeiros
IX. Alterações das Politicas Contabilísticas
X. Inventário de Títulos e Participações Financeiras

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

I – INTRODUÇÃO

O Ramo Vida é explorado pela VICTORIA desde 1930, altura em que foi criada em Portugal a agência geral da VICTORIA - Sociedade Anónima de Seguros de Vida. Em 1992, e resultante da transformação da agência geral em sociedade de direito português, surge a atual VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento do processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o redimensionamento da estrutura adequando assim a estrutura à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro do Ramo Vida, não sendo, no entanto, o resseguro ativo explorado pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, foi definido tendo em consideração a desagregação existente, por aplicação da IFRS 4 e da IAS 39, para os produtos comercializados pela Companhia. Assim, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, temos:

(Un: Euros)

RELATÓRIO POR SEGMENTOS	2014			2013		
	Contrato Seguros	Contrato Investimentos	Gestão de Fundos de Pensões	Contrato Seguros	Contrato Investimentos	Gestão de Fundos de Pensões
Prémios brutos emitidos	43.374.192			38.406.287		
Prémios de resseguro cedido	(2.813.920)			(3.331.041)		
Prémios brutos adquiridos	43.388.722			38.281.952		
Comissões cobradas de contratos	-	556.883	164.063	-	702.811	171.513
Resultados dos investimentos	7.536.154	(2.621.971)		7.382.117	(2.082.320)	
Custos com sinistros brutos	(38.869.565)	-		(36.849.268)		
Custos de exploração brutos	(7.852.586)	(394.026)	(288.673)	(9.186.793)	(478.224)	(252.113)
Resultado técnico	3.013.357	(2.227.748)	(345.119)	1.923.398	(1.639.036)	(316.718)
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	205.696.586	35.568.787		211.796.610	45.701.461	
Provisões técnicas	187.802.941	35.568.787		189.714.894	45.701.461	

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros ("PCES 07")), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4, que tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2014 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado.
Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2014 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguros enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Empresa, após dedução do valor atual dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos atuariais enquadrados no normativo do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efetuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projeção dos *cashflows* futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

ii) Provisão para prémios não adquiridos

De acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro temporário anual renovável em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método “prorrata temporis” por cada contrato em vigor.

iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, excetuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

iv) Provisão para Participação nos Resultados

A provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

v) Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

vi. Comissões de mediação

As comissões de mediação são a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

A VICTORIA classifica uma entidade como associada desde que sobre a mesma detenha controlo ou influência significativa, entendendo-se como:

- controlo o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios da sua atividade
- influência significativa o poder de participar e influenciar, nas decisões das políticas financeiras e operacionais

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

O investimento numa associada é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição, na data da transação ou constituição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida sua distribuição.

Ativos financeiros

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. classifica os seus ativos financeiros no reconhecimento inicial considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda.
Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.
Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber. São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.
As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da imparidade nos ativos disponíveis para venda, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável
A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida:
I. Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
II. Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I. Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:
   a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
   b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

II. Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
f. Outros fatores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	12,5% a 25%
Equipamento informático	25% e 33%
Instalações interiores	10% a 16,66%

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos. Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus
As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.
As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Locações operacionais

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I. Ações e Fundos de Ações cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II. Ações e Fundos de Ações, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I. Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
f. Outros fatores

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados ´ da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.
A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

1. Risco Estratégico

O risco estratégico é baseado no risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.
A nível estratégico a VICTORIA tem delineado os objetivos estratégicos globais a três anos, bem como anualmente define o plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano, bem como o orçamento anual. A estratégia é delineada tendo em conta a realidade da Companhia e do mercado envolvente, bem como na capacidade sustentabilidade dos riscos assumidos.
De forma a garantir que toda a organização se identifica e conhece a estratégia da companhia, esta é comunicada na reunião anual a todos os colaboradores.
Cabe ao Comité de Risco analisar a evolução e garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado, sendo coordenado pela Direção de Gestão de Riscos e Planeamento, tendo a participação dos diretores de topo da companhia.
Existe também um acompanhamento mensal da evolução das ações e orçamento, que é analisado mensalmente na reunião de Direção, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e em caso de necessidade implementar planos de atuação de mitigação.
No âmbito da estratégica deve-se também realçar a importância dada pela organização ao Projeto Solvência II, e destacar o enfoque dado à fase de preparação para o novo regime, nomeadamente no desenvolvimento da metodologia de autoavaliação prospetava de riscos (FLAOR/ ORSA).
Análise já considerada na definição da estratégia para os próximos três anos, existindo um crescimento/ consolidação na gestão baseada no conhecimento do risco.

2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao registo de perdas originadas por eventos que possam afetar negativamente a imagem da companhia. De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta e indicadores do mercado;

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Estas perdas podem resultar de diversos fatores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros;
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição seguem critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Vida com base no Manual de Subscrição.

As normas de aceitação são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros.

Estas normas têm em conta a experiência da VICTORIA Vida e estão de acordo com as indicações dos resseguradores.

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clinica e correspondente tarifação efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica.

Tarifação

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tem como objetivo garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos, de forma a obter uma rentabilidade positiva e de encontro com a expectável.

A construção de tarifas é efetuada pelo departamento técnico, em particular pela área do Atuariado. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

Como uma periodicidade anual é apurado o valor atual dos lucros futuros, permitindo analisar a rentabilidade expectável da carteira, tendo em considerando as tarifas praticadas.

Provisionamento

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

um teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test - LAT). Este teste é efetuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. A implementação de ações corretivas em resultado deste teste é imediatamente reconhecida e registada.

Resseguro

Numa ótica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras, através de tratados de resseguro que gerem valor e na escolha criteriosa da pool de resseguradoras, efetuando uma análise da sua capacidade financeira.

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

(Valor em milhares de Euros)

Ramo	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Vida Individual	Surplus	100	1.200
Vida Grupo	Surplus	150	1.500
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Excess of Loss	300	8.100

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

(Valor em Milhares de Euros)

Ramo	Prémios 2014			Prémios 2013		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total liquido Resseguro	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total liquido Resseguro
Vida Individual	30.433	360	30.073	28.196	330	27.866
Vida Grupo	12.941	2.454	10.487	10.210	3.001	7.210
Total	**43.374**	**2.814**	**40.560**	**38.406**	**3.331**	**35.075**

Obs.: Estes valores não incluem contratos de Investimento classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Riscos Biométricos

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez.

O risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um capital em caso de morte.

O risco de invalidez está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez.

Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos que constituem a carteira da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A..

Produtos	Características	Riscos
Seguros de Risco	Beneficio em caso de morte Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Mistos	Beneficio em caso de morte Beneficio em caso de vida Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Rendas	Beneficio em caso de vida	Aumento da longevidade Aumento da duração dos pagamentos
Invalidez	Beneficio em caso de invalidez	Aumento das taxas de invalidez Crescimento dos custos com sinistros

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aos riscos biométricos é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado.
O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados,

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

permite aferir a existência ou não da necessidade de uma revisão das tábuas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

Riscos de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos ativos e passivos a alterações da estrutura a prazo das taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos ativos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.
Para monitorizar este risco, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. efetua com uma periodicidade anual o teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test – LAT). Para além desta provisão é também constituída uma provisão para garantia de resgate.

O quadro seguinte apresenta o valor da provisão para garantia de resgate e compromisso de taxa:

(Valor em Milhares de Euros)

Produtos	Provisão Adicional 2014	Provisão Adicional 2013
Mistos Individual & Grupo	572	461
Rendas	297	
Financeiros (contratos investimento)	6.626	6.867
Financeiros (contratos seguro)	721	-
Total	**8.216**	**7.328**

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate (Euros 3.658.033) e em provisão para compromisso de taxa (Euros 4.558.394). Relativamente ao ano anterior verificou-se um aumento de Euros 1.597.669 na provisão para compromisso de taxa e a provisão adicional para garantia de resgate registou uma diminuição de Euros 709.841.
Este aumento resultou essencialmente das alterações na estrutura das taxas de desconto utilizadas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Riscos de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente, pela Direção Técnica Pessoais e pela área de Gestão de Riscos, de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, com um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

Riscos de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos da Companhia.
As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora, pelo que existe uma monitorização mensal da evolução das despesas e do seu peso relativamente aos prémios brutos emitidos. Desta forma a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no *pricing*

Riscos Catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade. Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advêm de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração de tratados de resseguro, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. limita a sua exposição a este risco.

Em 2014, das análises de sensibilidade efetuadas (taxa de juro, despesas, mortalidade, longevidade e descontinuidade) à carteira em vigor, mantém-se como expetável, sendo o risco de taxa de juro como o mais sensível.

Medidas para mitigação do Risco específico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

A mitigação dos riscos de taxa de juro é efetuada através realização, para todos os produtos, de um Teste de Adequação do Passivo (Loss Adqueacy Test - LAT), com pressupostos revistos anualmente em função da evolução das carteiras (nomeadamente taxa de resgates, taxa de anulações, imputação despesas gerais por carteira) e das condições do mercado financeiro. A curva de taxas de juro usada é ajustada à composição dos títulos da carteira global.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

4. Risco de Investimento

O grupo VICTORIA em Portugal está completamente integrado no grupo SMA, sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMA. Em 2014 a linha orientadora da estratégia de investimentos foi mantida, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

(Un: Euros)

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas associadas		590	590	590	
total		**590**	**590**	**590**	
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		330.000	325.564	365.291	8.177
De outros emissores públicos					
De outros emissores		1.001.222	1.001.099	1.164.250	39.356
subtotal		1.331.222	1.326.663	1.529.541	47.533
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de Investimento	683.800		2.485.953	2.321.159	
Outros					
subtotal	683.800	-	2.485.953	2.321.159	0
total	683.800	1.331.222	3.812.616	3.850.700	47.533
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		59.840.000	61.670.347	67.732.182	1.320.362
De outros emissores públicos		28.420.000	28.876.593	30.406.149	182.614
De outros emissores		92.170.000	92.633.229	97.338.350	713.081
subtotal		180.430.000	183.180.169	195.476.681	2.216.057

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

(Un: Euros)

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de Investimento	20.698		11.840.797	11.903.945	
Outros					
subtotal	20.698	-	11.840.797	11.903.945	0
total	**20.698**	**180.430.000**	**195.020.966**	**207.380.626**	**2.216.057**
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				9.317.163	23.737
Depósitos a Prazo				933.162	72
total				**10.250.325**	**23.809**
TOTAL GERAL	**704.498**	**181.761.812**	**198.834.172**	**221.482.241**	**2.287.399**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		1.810.000	1.808.789	1.801.420	43.571
De outros emissores públicos					
De outros emissores		2.501.222	2.503.904	2.536.985	63.373
subtotal		4.311.222	4.312.693	4.338.405	106.944
Títulos de rendimento variável					
Ações	2.000		11.045	11.180	
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.587.168	2.674.068	
Outros					
subtotal	685.800	-	2.598.213	2.685.248	-
total	685.800	4.311.222	6.910.906	7.023.653	106.944
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		65.245.000	66.415.587	70.497.070	1.403.714
De outros emissores públicos		28.220.000	28.611.557	29.343.428	209.811
De outros emissores		87.370.000	87.668.254	91.530.916	832.161
subtotal		180.835.000	182.695.398	191.371.414	2.445.686
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	26.125		28.661.204	28.712.356	

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
Outros					
subtotal	26.125	-	28.661.204	28.712.356	
total	26.125	180.835.000	211.356.602	220.083.770	2.445.686
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				649.985	
Depósitos a Prazo				933.162	206
subtotal				1.583.147	206
TOTAL GERAL	**711.925**	**185.146.222**	**218.267.508**	**228.690.570**	**2.552.836**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, o risco de mismatching assume especial relevo, assumindo neste ponto a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos à representação das responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

(Un. Milhares de Euros)

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
Produtos Vida	209.333	187.804	111,5%
UIs	35.569	35.569	100,0%
Livres	12.143	n.a	
TOTAL	**257.045**	**223.372**	**115,1%**

Em dezembro de 2014, a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 115,1% (2013: 109,7%).

Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível perda por incumprimento dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os *ratings*:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Rating Médio	2014	%	2013	%
AAA	49.591.236	22,2%	62.362.312	27,0%
AA	64.318.704	28,7%	60.761.420	26,3%
A	49.358.347	22,1%	39.087.217	16,9%
BBB	25.434.831	11,4%	31.775.817	13,7%
BB	4.376.243	2,0%	2.778.358	1,2%
B	4.712	0,0%	7.384	0,0%
CC		0,0%		0,0%
NR	19.550.706	8,7%	3.073.293	1,3%
Instrumentos Representativos de Capital	11.134.861	5,0%	31.397.605	13,6%
Total	**223.769.640**	**100,0%**	**231.243.406**	**100,0%**

Em 2014, o processo de normalização da crise da Dívida Soberana dos países europeus, avanço de forma significativa. Portugal, seguindo os passos da Irlanda, encerrou com sucesso o seu programa de ajuda financeira. Os prémios de risco da dívida dos países mais endividados diminuíram significativamente, embora os fatores que estiveram na génese desta crise (dívida excessiva e fraco crescimento económico) se tenham mantido de forma latente. Assim e de forma global o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador, traduzindo-se num elevada qualidade de crédito: A qualidade da carteira de crédito continuou a ser elevada, uma vez que 50,9% da carteira possui notação de crédito igual ou superior a AA (2013: 53,3%). A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 23,2 milhões de euros (2013: 24,2) o que corresponde a 10,9% da carteira de investimentos, com a seguinte distribuição geográfica: Itália: 6,0%; Espanha: 3,1%; Irlanda: 1,5%; Portugal: 0,2%.

Nos dois últimos exercícios não foram registadas quaisquer imparidades em títulos de dívida.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de dificuldade, é apresentada em seguida:

(Un: Euros)

Emitente / Carteira	31 de dezembro de 2014					
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média	Maturidade Média (anos)	Nível de Valorização
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	294.578	332.720	38.142	4,1%	5	98
Grécia	3	4.712	4.709	0,0%	29	0
Irlanda	3.113.372	3.123.460	10.088	4,6%	2	106
Espanha	6.007.360	6.541.050	533.690	4,0%	3	100
Itália	11.890.409	12.708.590	818.181	4,2%	3	102
	21.305.722	22.710.532	1.404.810	4,2%	3	102

(Un: Euros)

Emitente / Carteira	31 de dezembro de 2014					
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média	Maturidade Média (anos)	Nível de Valorização
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	1.798.972	1.791.500	(7.472)	4,3%	1	100
Grécia	2	7.384	7.381	0,0%	29	0
Irlanda	3.002.379	3.191.605	189.226	4,6%	2	102
Espanha	6.005.736	6.345.300	339.564	4,0%	4	100
Itália	11.960.162	12.405.715	445.553	4,2%	4	102
	22.767.251	**23.741.504**	**974.252**	**4,2%**	**3**	**101**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Para apuramento do justo valor dos ativos mobiliários, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. adotaram-se os seguintes critérios:

- Os ativos cotados, são valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte:
  i. Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações, sendo o critério adotado o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no momento da valorização;
  ii. Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos, ou inexistentes, ou no caso de ativos não cotados, os mesmos são valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra (bid offer) difundidos através do sistema de informação Bloomberg.
- Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os ativos são valorizados pelo valor atualizado dos cash flows futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflita uma maturidade aproximada à do ativo a valorizar e o risco do emitente (justo valor);
- As Unidades de Participação em Fundos de Investimento são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização;
- Os depósitos e instrumentos representativos de divida de curto prazo são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;

Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado mensalmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

O resseguro da Companhia está disperso por 6 resseguradoras, 5 com rating entre o AA- e A- e 1 com rating BBB+ da Standard&Poor's.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. De assinalar que em 2014, em linha com o que já se tinha registado nos anos anteriores, o número de mediadores com poderes de cobrança diminuiu.
Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.
O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 90% do valor planos em incumprimento, mas que ainda não estão numa via litigiosa;
- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 30% para o montante dos restantes saldos em dívida;

Para os planos de pagamento em vigor a percentagem de provisionamento é determinada com base no risco de incumprimento e varia entre 45% e 90%.
Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

Tomadores de Seguro

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente.

Risco spread e Risco de Liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

Maturidades	2014	%	2013	%
<1 ano	35.438.252	15,8%	26.673.045	11,5%
1 a 2 anos	30.052.813	13,4%	77.842.275	33,7%
3 a 5 anos	68.290.053	30,5%	43.154.279	18,7%
6 a 10 anos	65.086.903	29,1%	41.340.715	17,9%
> 10 anos	10.675.924	4,8%	10.835.487	4,7%
Instrumentos Representativos de Capital	14.225.694	6,4%	31.397.605	13,6%
Total Geral	**223.769.640**	**100,0%**	**231.243.406**	**100,0%**

A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos.

De acordo com os *cash-flows* operacionais estimados para 2015, a companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 27 milhões de euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2014, quer através de amortizações de títulos e quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa superior a 31 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 4,2 milhões de euros.

Análise ALM para Cash-Flows em 2015	
Cash-flows do Ativo	31.692.242
Amortizações	26.841.898
Juros	4.850.344
Cash-flows do Passivo	(27.452.806)
Prémios (negócio existente)	16.691.601
Reembolsos	(39.345.890)
Outros CF negativos	(4.798.516)
Mismatch Cash-flow ativo/passivo	**4.239.436**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Este exercício e tal como no ano transato a gestão de tesouraria foi efetuada com a preocupação de minimizar o saldos em instituições bancárias sem afetar o bom funcionamento das atividades operacionais. Assim, o montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo foi otimizado, registando uma descida de 5,9 para 4,2 milhões de euros (1,7% dos ativos da companhia).
O mercado de obrigações regressou em 2014 aos níveis anteriores aos da crise soberana, continuando no entanto a ser uma peça chave de uma gestão prudente e conservadora. Para continuar a garantir que as necessidades operacionais de liquidez do Fundo podem em qualquer momento ser satisfeitas, o investimento em ativos de baixo risco continua a ser uma peça fundamental da estratégia de investimentos.

O investimento em títulos de Dívida Pública desceu para 69,4 milhões de euros (2013: 73,7), representando 32,5% da carteira de investimento. Destaca-se ainda que cerca de 58% destes títulos correspondem a países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria, Finlândia e França). É ainda de referir que aproximadamente 76% da carteira de investimentos, possui notação de rating investment grade (2013: 79%). Face ao ano anterior a exposição a fundos de tesouraria registou um decréscimo digno de referência. Este tipo de ativos atingia no final do exercício um montante global de 11,9 milhões de euros (2013: 28,7) e representa uma redução da exposição em termos relativos de 12,5% para 5,6%.
Simultaneamente e atendendo a que a entidade gestora assume como filosofia de investimento, uma estratégia ALM não dinâmica, e que se consubstancia como referido anteriormente na seleção de ativos individuais numa lógica de agregação de valor, é fundamental a análise do desvio tático entre ativos e responsabilidades assumido. Relativamente às carteiras de contratos de Seguro, concluiu-se que as responsabilidades se encontram cobertas num horizonte temporal de 10 anos.

Relativamente aos passivos financeiros, de acordo com os cash-flows estimados para 2015 e anos seguintes e a respetiva carteira de ativos, são os seguintes:

Intervalo	Responsabilidades à data incluindo capitalização das taxas técnicas e prémios futuros (*)	Ativos (V. Nominal e Cupão Acumulado) (*)
<=1 ano	8.399.861	16.715.768
2 anos	6.380.300	1.946.063
de 3 a 5 anos	11.392.260	13.786.973
de 6 a 10 anos	11.048.818	4.152.444
Superior a 10 anos	13.885.406	2.529.062

(*) ativos e passivos descontados à taxa de juro sem risco

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma política de investimentos prudente conservadora. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhia, pela área de investimentos. Estão implementados os seguintes indicadores:

- *"Net loss limit"*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.
- *"Risk-based capital"*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

Este indicador apresentava, no final de 2014, um valor de 40,25 milhões de euros o que significa que a estratégia de investimentos implementada era compatível com a solidez financeira da empresa. Com base na alocação de ativos existente e a solvência disponível, este indicador tem um valor mínimo de 26,05, o que nos dá uma indicação da conjugação benéfica entre a solidez financeira da empresa e a resiliência da estratégia de investimentos.

Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 2,64 (2013: 2,31).
Ao longo do exercício de 2014 e com periodicidade mensal, procedeu-se ao cálculo da margem de solvência desta empresa de seguros. É por isso possível afirmar que, foram sempre cumpridos os requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

A performance de cobertura apresenta uma melhoria face ao ano transato, quer por variação do montante de margem disponível, explicada essencialmente pela variação das reservas de reavaliação, quer pela diminuição da margem exigida.
Como objetivos de gestão do capital, políticas e abordagem à gestão dos diferentes tipos de risco a companhia rege-se por:

- Manter o nível desejado de estabilidade do grupo, proporcionando assim um grau de segurança para segurados
- Alocar capital de forma eficiente e apoiar o desenvolvimento de negócios, garantindo que o retorno sobre o capital empregue satisfaz as exigências dos seus acionistas
- Manter a flexibilidade financeira, garantindo forte liquidez
- Monitorizar o perfil de ativos e passivos, tendo em conta os riscos inerentes ao negócio
- Manter a solidez financeira necessária para suportar o crescimento do novo negócio e para satisfazer as exigências dos segurados, reguladores e parceiros

Toda a atividade está também sujeita a requisitos regulamentares no âmbito da jurisdição em que opera.
A empresa deu conhecimento à entidade reguladora de que atendeu a todos esses requisitos durante todo o exercício.
A política de gestão procura garantir o nível de Capital suficiente para cobrir os requisitos legais com base nas diretrizes do regulador, visando simultaneamente otimizar a estrutura de capital para garantir de consistente maximizar retornos, quer a acionistas, quer segurados.
A abordagem da companhia para gerir o capital envolve a gestão de ativos, passivos e riscos de uma forma coordenada, avaliar os níveis de capital exigido e necessário numa base mensal e tomar as ações que se revelem adequadas em função da conjuntura económica, condições e características de risco.
O processo de gestão de capital assenta na otimização do binómio risco / retorno procurando desta forma criar valor para os detentores do capital.
As exigências de capital são objeto de avaliação periódica e em última análise, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos ativos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efetuada através de uma análise de sensibilidade a variações de mercado para cada classe de ativos. O ponto de partida é a carteira existente a 31 de dezembro de 2014 e é composta em 80% por

Obrigações e que com uma Duração Média Modificada de 3,31. Destaca-se também o peso relativo do investimento imobiliário e que ascende a 11%. Atendendo a que o Excesso de Solvência a 31 de dezembro de 2014 era de 18,1 milhões de euros, o rácio de cobertura ascendia a 264%, simulou-se uma descida de 100 p.b. na estrutura da curva de rendimentos, assim como uma valorização de 10% no preço dos ativos imobiliários e acionistas. A simulação foi efetuada de forma simultânea nas diferentes classes de ativos e em ambos os sentidos.

O resultado desta simulação aponta para uma subida do rácio de solvência de 264% para 349% com um incremento de 9,2 milhões de euros nos capitais próprios. Esta variação é explicada em 71% pela valorização da carteira de obrigações e em 30% pelo maior valor dos investimentos em imobiliário. No outro sentido testou-se um cenário extremo e que consiste numa subida de 1% nas taxas de juro, uma quebra de 25% no valor dos ativos imobiliários e de 30% no preço das ações.

Neste caso o impacto negativo nos capitais próprios ascenderia a 13,3 milhões de euros e que se explica em 51% pelo valor dos ativos imobiliários e 49% pela quebra do valor das obrigações. Ainda assim, a companhia apresentaria um rácio de solvência positivo em 146%.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

O impacto caso ocorressem variações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes seria o abaixo refletido:

Análise de Sensibilidade

(Un: Euros)

Risco	Exposição a Valores de Mercado	Duração Modificada	Variações			
			(+)	Impacto	(-)	Impacto
Taxa de Juro	197.006.222	3.31	-100p.b.	6.513.945	+100 p.b.	(6.513.945)
Imobiliário	26.955.294		+10%	2.695.529	-25%	(6.738.823)
Participações	590		+10%	59	-30%	(177)
Impacto nos Capitais Próprios(*)	(*)			9.209.533		(13.252.945)
Margem de Solvência				349%		146%

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.
Em 2014 a VICTORIA manteve a metodologia de desenvolvimento de análise deste risco e na melhoria e implementação de um adequado Sistema de Controlo Interno. Destacam-se se seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo SMA;
- Continuidade da atualização da documentação dos processos mais significativos, com a identificação dos donos, objetivos, principais atividades, riscos e respetivos controlos;
- Gestão da ferramenta Registo de Perdas, permitindo a tomada de medidas corretivas e a identificação/desenvolvimento de novos controlos;
- Continuidade do modelo de gestão Anti-Fraude, acompanhado pelo Comité Anti-Fraude, sendo

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

operacionalmente constituído pela área de Gestão de Riscos e equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude. Neste âmbito destacam-se os seguintes trabalhos: interação com a Comissão Técnica Fraude da APS; realização de ações de sensibilização transversais à organização; desenvolvimento de modelos de prevenção e deteção permitindo a identificação e desenvolvimento de novos controlos e alertas. Neste âmbito, deve-se também destacar a participação da VICTORIA nos projetos partilhados com a APS e mercado, denominados Ficheiro de Sinistros Automóvel e Registo de Sinistros Patrimoniais;

- Continuidade do projeto de atualização/ formalização do Plano de Continuidade de Negócio de forma integrada nas suas diversas vertentes. A destacar a atualização do plano de emergência de evacuação do edifício central e realização de um simulacro com o objetivo de testar a adequação e eficácia do mesmo.

Risco de Compliance

No âmbito do compliance pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada na área de Gestão de Riscos visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste contexto destacam-se as seguintes atividades realizadas em 2014:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos departamentos de matérias legais diretamente às áreas ou através de “Comunicação VICTORIA”;
- Análise do clausulado de novos produtos no âmbito da conformidade legal e regras da companhia;
- Análise e resposta a questões relacionadas com a Conduta de Mercado;
- Controlo diário das respostas a reportes legalmente exigidos por entidades externas, com o objetivo de mitigar possíveis incumprimentos de prazos de resposta e respetivas consequências;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

(Un: Euros)

	2014	2013
CAIXA E EQUIVALENTES	4.911	5.529
DEPÓSITOS À ORDEM	3.804.497	5.582.588
	3.809.408	**5.588.117**

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Em 2014, os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de Euros 500.765. A existência destes saldos deve-se ao facto da Companhia ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas.
Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

(Un: Euros)

Edifícios	Última avaliação	Valor aquisição	Valor de avaliação	Variação justo valor	Vida útil
De uso próprio					
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2014	269.410	215.558	(41.564)	84
R. Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2014	152.931	180.009	(41.898)	64
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2014	288.999	340.746	47.414	74
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2014	389.122	293.533	295	84
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2014	331.976	307.330	5.268	83
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2014	362.297	352.357	(25.451)	94
De rendimento					
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2014	25.769.867	25.250.794	248.412	98
Total		**27.564.602**	**26.940.327**	**192.476**	

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(Un: Euros)

Terrenos e edifícios	Saldo inicial		Aquisições/ Transferência	Reavaliações	Alienações/ Transferência	Amortizações	Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amortiz. acum.					
Uso próprio							
Terrenos	656.009	-	-	(160.115)	-	-	**495.894**
Edifícios	1.096.341	(31.572)	-	143.837	-	(14.967)	**1.193.639**
Subtotal	**1.752.350**	**(31.572)**	**-**	**(16.278)**	**-**	**(14.967)**	**1.689.533**
Rendimento							
Terrenos	7.300.433	-	-	(122.665)	-	-	**7.177.768**
Edifícios	17.873.475	-	-	199.551	-	-	**18.073.026**
Subtotal	**25.173.908**	**-**	**-**	**76.886**	**-**	**-**	**25.250.794**
Total	**26.926.258**	**(31.572)**	**-**	**60.608**	**-**	**(14.967)**	**26.940.327**

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

No início de dezembro , a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A adquiriu uma quota representativa de 59% da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em dezembro , cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos.
O património imobiliário da sociedade, há data de encerramento, era constituído pelo imóvel sito no número 46 Rua Camilo Castelo Branco, avaliado em € 14.904.239.

NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Custo de aquisição	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo de aquisição	Valias não realizadas	Valor de balanço
Instrumentos de capital e Unidade de Participação	4.931.385	230.889	5.162.274	15.626.460	(113.953)	15.512.507
Títulos de Dívida	29.581.556	(257.766)	29.323.790	28.067.657	4.181	28.071.838
Dívida Pública	158.447	(9.164)	149.283	71.059	(5.091)	65.968
De Outros Em. Públicos	7.982.691	(33.290)	7.949.401	10.387.738	(13.580)	10.374.158
De Outros Emissores	21.364.775	(215.312)	21.149.463	17.544.129	22.852	17.566.981
Juros a receber	75.643	-	75.643	64.731		64.731
Total	**34.512.941**	**(26.877)**	**34.486.064**	**43.694.117**	**(109.772)**	**43.584.345**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2014 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.
De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:
Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos
Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável
Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável.

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

Setores	31-12-2014					31-12-2013				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	4,1%	1.402.287	1.402.287			7,1%	3.103.257	3.103.257		
Bens Consumo, Não Cíclicas	4,9%	1.685.692	1.685.692			0,0%	0			
Industrial e Matérias Primas	9,6%	3.318.504	3.318.504			5,1%	2.217.755	2.217.755		
Comunicações e Tecnologias	2,0%	695.350	695.350							
Utilities	3,7%	1.269.125	1.269.126			5,7%	2.504.013	2.504.013		
Energia	4,3%	1.477.800	1.477.800			1,1%	497.224	497.224		
Serviços	0,0%					0,0%	11.180	11.180		
Financeiro	35,0%	12.067.991	12.067.991			21,6%	9.395.194	9.395.194		
Dívida Soberana	21,5%	7.407.041	7.407.041			23,8%	10.354.395	10.354.395		
Fundo Ações	0,5%	158.563	158.563			0,3%	144.312		144.312	
Fundo Imobiliário	4,8%	1.650.745	1.650.745			4,4%	1.901.725		1.901.725	
Fundo Obrigações	9,7%	3.352.966	3.352.966			30,9%	13.455.291		13.455.291	
Total Geral	100%	34.486.064	34.486.065		0	100%	43.584.346	28.083.018	15.501.328	0

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 5 – Ativos financeiros disponíveis para venda

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(Un: Euros)

	2014				2013			
	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de balanço	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de balanço
Instrumentos de capital e Unid. Participação	9.673.369	(636.312)	25.773	9.062.830	16.351.492	(490.629)	24.234	15.885.097
Títulos de Dívida	157.845.897	-	12.100.125	169.946.022	161.484.700	-	8.705.911	170.190.611
Dívida Pública	61.860.883	-	6.087.307	67.948.190	68.163.498		4.069.024	72.232.522
De Outros Emissores Públicos	20.878.981	-	1.577.767	22.456.748	18.250.979		718.291	18.969.270
De Outros Emissores	72.918.086	-	4.435.051	77.353.137	72.582.324		3.918.596	76.500.920
Juros a receber	2.187.947	-	-	2.187.947	2.487.899			2.487.899
Total	**167.519.266**	**(636.312)**	**12.125.989**	**179.008.852**	**177.836.192**	**(490.629)**	**8.730.145**	**186.075.708**

V – NOTAS AO BALANÇO

Setores	31-12-2014					31-12-2013				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	**1,1%**	**2.004.560**	2.004.560			**1,1%**	**2.102.295**	3.103.257		
Bens Consumo, Não Cíclicas	**1,8%**	**3.151.429**	3.151.429			**0,7%**	**1.245.899**			
Industrial e Matérias Primas	**5,5%**	**9.842.101**	9.842.101			**2,8%**	**5.162.198**	2.217.755		
Comunicações e Tecnologias	**1,1%**	**2.000.180**	2.000.180							
Utilities	**0,9%**	**1.668.367**	1.668.367			**0,5%**	**1.001.530**	2.504.013		
Energia	**1,0%**	**1.847.519**	1.847.519			**0,2%**	**298.334**	497.224		
Financeiro	**30,5%**	**54.613.916**	54.613.916			**36,1%**	**67.208.967**	9.395.194		
Dívida Soberana	**53,0%**	**94.817.950**	94.817.950			**50,1%**	**93.171.387**	10.354.395		
Fundo Imobiliário	**0,8%**	**1.439.498**		1.439.498		**1,1%**	**1.982.200**		1.901.725	
Fundo Obrigações	**4,3%**	**7.623.332**		7.623.332		**7,5%**	**13.902.897**		13.455.291	
Total Geral	**100%**	**179.008.852**	**169.946.022**	9.062.830		**100%**		**28.083.018**	**15.501.328**	**0**

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

(Un: Euros)

	2014	2013
Outros depósitos – Depósitos a prazo	933.162	933.162
Juros a receber	72	206
Empréstimos concedidos	9.340.900	649.985
Empréstimos sobre apólices	604.045	649.985
Outros Empréstimos	8.713.118	-
Juros a receber	23.737	-
Total	**10.274.134**	**1.583.353**

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo caracter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.
O montante reconhecido em Outros Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados à sociedade SELICOMI Portugal, Lda., entidade referida na Nota 3.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 7 – Afetação dos Investimentos

A 31 de dezembro de 2014 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

(Un: Euros)

	2014				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	101.464	2.394.752	1.021.366	291.826	3.809.408
Terrenos e Edifícios	25.560.794	-	-	1.394.500	26.955.294
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos				590	590
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	34.486.064	-	34.486.064
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	-	-	5.132.274	-	5.162.274
Títulos de Dívida	-	-	29.323.790	-	29.323.790
Ativos disponíveis para venda	132.760.022	45.146.816	-	1.102.014	179.008.852
Instrumentos Capital e Uni Participação	2.339.004	6.723.826	-	-	9.062.830
Títulos de Dívida	130.421.018	38.422.990	-	1.102.014	169.946.022
Empréstimos concedidos e contas a receber	542.688	-	61.357	9.670.089	10.274.134
Depósitos a Prazo	-	-	-	933.234	933.234
Empréstimos concedidos	542.688	-	61.357	8.736.855	9.340.900
Total	**158.964.968**	**47.541.568**	**35.568.787**	**12.459.019**	**254.534.342**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 7 – Afetação dos Investimentos

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

(Un: Euros)

	2014				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	838.745	2.650.238	2.099.134		5.588.117
Terrenos e Edifícios	25.492.908			1.433.350	26.926.258
Ativos financeiros detidos para negociação					0
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados			43.584.345		43.584.345
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação			15.512.507		15.512.507
Títulos de Dívida			28.071.838		28.071.838
Ativos disponíveis para venda	144.213.494	40.760.756		1.101.458	186.075.708
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	5.403.277	10.481.820			15.885.097
Títulos de Dívida	138.810.217	30.278.936		1.101.458	170.190.611
Empréstimos concedidos e contas a receber	632.003	0	17.982	933.368	1.583.353
Depósitos a Prazo				933.368	933.368
Empréstimos concedidos	632.003		17.982		649.985
Total	**171.177.150**	**43.410.994**	**45.701.461**	**3.468.176**	**263.757.781**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e inventários

Os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO									
Equipamento Administrativo	1.966.525	(1.936.961)	1.072		(96.522)		(9.878)	95.592	19.828
Máquinas e Ferramentas	225.155	(213.236)			(1.754)		(6.815)	1.754	5.104
Equipamento Informático	950.927	(770.484)	32.979		(110.139)		(73.121)	110.139	140.301
Instalações Interiores	605.293	(501.808)					(23.915)		79.570
Outro Equipamento	839.408	(787.797)					(31.721)		19.890
Subtotal	4.587.308	(4.210.286)	34.051		(208.415)		(145.450)	207.485	264.693
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	46.487								46.487
TOTAL	**4.633.795**	**(4.210.286)**	**34.051**	**-**	**(208.415)**	**-**	**(145.450)**	**207.485**	**311.180**

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 9 – Outros ativos intangíveis

A análise é efetuada através do seguinte quadro:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas Aplicações Informáticas	5.366.894	(4.929.285)	95.653		203.829		(254.729)		482.362
Ativos intangíveis em curso	135.249		710.904		(226.346)				619.807
Outros									-
TOTAL	**5.502.143**	**(4.929.285)**	**806.557**	**-**	**(22.517)**	**-**	**(254.729)**	**-**	**1.102.169**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 10 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Tomadores de Seguros	1.459.337	1.813.527
Mediadores de Seguros	266	73.142
Imparidade	(246.680)	(226.049)
Subtotal	1.212.923	1.660.620
Resseguradores	733.437	604.387
Subtotal	733.437	604.387
Outros Devedores	2.149.233	2.170.976
Imparidade	(130.744)	(221.575)
Subtotal	2.018.489	1.949.401
TOTAL	3.964.849	4.214.408

Em Outros devedores encontra-se incluído o saldo com a Victoria Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. no montante de Euros 1.142.998 (2013: Euros 1.338.862).
O montante registado em imparidade na rubrica Devedores por operações de seguro direto, diz respeito a contratos de seguros com prémios em atraso com mais de 3 meses no montante de Euros 349.128 (2013: Euros 348.644).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 11 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da Companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ASF, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus .

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013 são como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Benefícios de pós emprego	701.919	857.803
Outros Benefícios de longo prazo	(148.850)	(110.481)
	553.069	**747.322**

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 31.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013, são como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Responsabilidades por benefícios	400.681	356.424
Justo valor dos ativos do fundo	400.681	356.424
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	-	-

No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido, tendo-se procedido à sua reafectação.
A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CCT foi de € 17.798.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

(Un: Euros)

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	4	2.880 €	720 €	71

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013, são como segue:

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades por benefícios	67.686	1.194.453	1.262.139	61.935	999.887	1.061.822
Justo valor dos ativos do fundo	941.992	873.215	1.815.207	923.530	885.615	1.809.145
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	**874.306**	**(321.238)**	**553.068**	**861.595**	**(114.272)**	**747.323**

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor atual da responsabilidade em 1 de janeiro	61.935	999.887	1.061.822	64.748	1.059.544	1.124.292
Custo do serviço corrente	-	4.667	4.667	-	3.764	3.764
Custo de juros	2.128	34.347	36.475	2.176	35.611	37.787
(Ganhos) e perdas atuariais	6.410	176.874	183.284	(2.060)	(12.111)	(14.171)
Benefícios passados não reconhecidos			-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas Antecipadas	-	29.908	29.908	-	(35.691)	(35.691)
Benefícios pagos	(2.787)	(51.230)	(54.017)	(2.929)	(51.230)	(54.159)
Redução por alteração do CCT	-	-	-	-	-	-
Valor atual da responsabilidade em 31 de dezembro	**67.686**	**1.194.453**	**1.262.139**	**61.935**	**999.887**	**1.061.822**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A e da ALICO. A responsabilidade ascende a Euros 290.303 (2013: Euros 301.334).

A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é analisada como se segue:

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Fundo	Outros	Total	Fundo	Outros	Total
Ativos do plano em 1 de janeiro	923.530	885.615	1.809.145	933.866	937.066	1.870.932
Retorno esperado dos ativos	554	(8.325)	(7.771)	373	(8.996)	(8.623)
Ganhos e (perdas) atuariais	20.695	47.155	67.850	(7.780)	8.775	995
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(2.787)	(51.230)	(54.017)	(2.929)	(51.230)	(54.159)
Redução por alteração do Plano-CCT	-	-	-	-	-	-
Ativos do plano em 31 de dezembro	**941.992**	**873.215**	**1.815.207**	**923.530**	**885.615**	**1.809.145**

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.
Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são como segue:

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente	-	4.667	4.667	-	3.764	3.764
Custo de juros	2.128	34.347	36.475	2.176	35.611	37.787
Retorno esperado dos ativos	(554)	8.325	7.771	(373)	8.996	8.623
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas			-	-	(35.691)	(35.691)
Ganhos e perdas atuariais		29.906	29.906	-	-	-
Total do custo do ano	**1.574**	**77.245**	**78.819**	**1.803**	**12.680**	**14.483**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

(Un: Euros)

	2014		2013	
Fundos de Investimento Imobiliários	1,35%	18.141	1,63%	20.851
Fundos de Investimento em Ações	1,92%	25.794	0,88%	11.299
Ações	0%	0	0.99%	12.734
Fundos de Investimento em Obrigações	10,82%	145.276	10,49%	134.324
Obrigações de Taxa Variável	26,59%	357.034	6,50%	83.187
Obrigações de Taxa Fixa	49,27%	661.501	76,30%	976.586
Mercado Monetário	10,05%	134.927	3,20%	40.973
Total	**100%**	**1.342.673**	**100%**	**1.279.954**

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da VICTORIA foi de Euros 21.249.

Os ganhos e perdas atuariais em 2014 e 2013, são analisados como segue:

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 1 de janeiro	(14.785)	(63.433)	(78.218)	(9.065)	(84.319)	(93.384)
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	(6.410)	(176.874)	(183.284)	2.060	12.111	14.171
Ganhos e (perdas) atuariais do fundo	20.965	47.155	67.850	(7.780)	8.775	995
Redução por alteração do CCT	-	-	-			
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	**(500)**	**(193.152)**	**(193.652)**	**(14.785)**	**(63.433)**	**(78.218)**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2014	2013
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	1,8%	3,435%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013	2012	2011	2010
Responsabilidades por benefícios	1.262.139	1.061.822	1.124.292	1.086.566	1.530.493
Justo valor dos ativos do fundo	1.815.207	1.809.145	1.870.932	1.027.173	2.234.021
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	**553.068**	**747.323**	**746.640**	**(59.393)**	**703.528**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 12 – Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.
Para o cálculo dos impostos diferidos, foi tido em consideração a alteração da taxa de imposto de 23% para 21%, que entra em vigor a 01.01.2015.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

(Un: Euros)

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Investimentos Financeiros	238	99.811	381.657	227.424	(381.419)	(127.613)
Benefícios a empregados	33.491	181.274	-	-	33.491	181.274
Provisões	175.437	277.527	-	-	175.437	277.527
Imóveis	36.570	28.035	10.735	3.756	25.836	24.278
Prejuízos Fiscais	-	-	-	-		-
Impostos diferidos ativos / (passivos)	**245.737**	**586.647**	**392.392**	**231.180**	**(146.655)**	**355.467**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(Un: Euros)

	2014			2013		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros	(65.647)	(188.158)	(253.806)	7.549	246.176	253.725
Benefícios a empregados	(147.783)		(147.783)	144.763		144.763
Provisões	(102.090)		(102.090)	(58.993)		(58.993)
Imóveis	9.490	(7.933)	1.557	(2.288)	306	(1.982)
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-
Impostos Diferidos Ativos / (passivos)	**(306.031)**	**(196.091)**	**(502.122)**	**91.031**	**246.482**	**337.514**

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMA, foi apresentado em 2011 um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento.

O montante de reporte fiscal existente à data, relativamente a prejuízos, é nulo.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2014 e 2013 é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Imposto corrente	46.862	(293.616)
Imposto diferido	(306.031)	91.031
Imposto Exercício	**(259.169)**	**(202.585)**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013	Variação
Imposto corrente	**(2.513.081)**	**(1.768.410)**	**(744.670)**
Investimentos financeiros	(2.456.278)	(1.732.223)	(724.054)
Imóveis	(56.803)	(36.187)	(20.616)
Imposto diferido	**(427.271)**	**(231.180)**	**(196.091)**
Investimentos financeiros	(415.583)	(227.424)	(188.158)
Imóveis	(11.689)	(3.756)	(7.933)
Total imposto reconhecido reservas	**(2.940.352**	**(1.999.590)**	**(940.761)**

A reconciliação da taxa de impostos é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
RESULTADO ANTES IMPOSTO	597792	498.696
Taxa Imposto	24,50%	26,50%
Imposto Calculado com base taxa imposto	(146.459)	(132.154)
Imposto Diferido Ativo - utilização	127.877	-
Imposto Diferido não reconhecido anteriormente	(133.969)	(13.307)
Outros proveitos e custos excluídos tributação	32.051	2.008
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	1.397	-
Imposto Autónomo (Trib. Autónoma +Derrama)	(140.066)	(59.131)
Imposto do Exercício (Corrente + Diferido)	(259.169)	(202.585)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 13 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2014 e 2013 são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço 2014	Valor de balanço 2013
Provisões técnicas de seguro direto	**189.971.016**	**2.168.075**	**187.802.941**	**189.714.894**
Provisão matemática	171.800.022	2.087.258	169.712.764	172.138.019
Provisão para prémios não adquiridos	966.519	80.817	885.702	905.163
Provisão para sinistros	6.841.696	-	6.841.696	7.094.431
Provisão participação resultados	5.804.385	-	5.804.385	6.616.556
Provisão para compromissos taxa	4.558.394	-	4.558.394	2.960.725
Provisões técnicas de resseguro cedido	**60.000**	**-**	**60.000**	**100.000**
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para sinistros	60.000	-	60.000	100.000

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

(Un: Euros)

Provisão Matemática	2014	2013
Seguros de Vida		
Contratos com participação nos resultados		
Carteira Antiga	22.873	27.981
Carteira Nova		
Individual	90.890.225	101.267.122
Produtos Financeiros Individuais	14.713.980	8.047.457
Rendas Individual	263.515	271.434
Rendas Grupo	6.552.590	7.184.584
Grupo Tradicionais	4.073.289	4.229.217
Produtos Financeiros Grupo	28.151.261	25.402.508
Contratos sem participação nos resultados		
Carteira Antiga	291	439
Rendas Individual	1.943.147	1.836.183
Rendas Grupo	19.443.560	19.503.221
Risco		
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	3.658.033	4.367.873
TOTAL	**169.712.764**	**172.138.019**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

De acordo com a política contabilística da Companhia, anualmente é efetuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test - LAT*). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 3.658.033 (2013: Euros 4.367.873) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

	2014	2013
Seguros de Vida	1.589.731	460.967
Seguro ligados a Fundos de Investimento	2.968.663	2.499.758
TOTAL	**4.558.394**	**2.960.725**

Este teste é efetuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos.
Os pressupostos atuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida
Seguros de rendas		
Rendas-Certas	PM 60/64	4%
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%
	H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens) M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres),	2%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida
Seguros de capitais		
Capital Diferido com contrasseguro	PF 60/64	4%
Mistos	AF	3,5%
	PM 60/64	4%
	GKM80	2,75%
	GKM80	2%
Temporários	PM 46/49	3,5%
	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a.
PPR Valorização		4%
Valor Mais PPR		3,5%
Garantia Valor PPR/E		0,42%
PPR/E Ações Maximização		n.a.
Confiança PPR		2,75%.
PPR Novo Valor		3,5%
Investimento Seguro		3%
Garantia Rendimento		0,42%
Investimento Programado		2,5%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Seguro de Grupo

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida
Seguros de rendas		
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF80	2,5%
	DAV94 MR	2%
Seguros de capitais		
Capital Diferido sem contrasseguro	PF 60/64	4%
Misto	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a.
Capital Diferido com contrasseguro	TV 73/77	4%
	GKF80	2%

Dada a composição da carteira, são efetuados ajustamentos aos pressupostos atuariais, nomeadamente 25%PM 60/64, 25%GKM 80, conforme relatório do atuário responsável.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

I. Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data de balanço, e inclui uma provisão estimada, no montante de Euros 541.353 (2013: Euros 566.216), relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2014 ainda não reportados (IBNR). O desenvolvimento da provisão para sinistros em 2014 é analisado como segue:

(Un: Euros)

Provisão para sinistros em 31-12-2013	Montantes pagos no exercício [1]	Provisão para sinistros em 31-12-2014 [1]	Reajustamentos a provisões de exercícios anteriores
7.094.431	2.382.931	4.350.641	360.859

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2014, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

II. Provisão para Participação nos Resultados

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir;

que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respetivas modalidades;

- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Para o exercício de 2014, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

(Un: Euros)

Participação nos Resultados a Atribuir	Reserva Reavaliação por ajustamento Justo Valor	% a Atribuir	Saldo final
Carteira Antiga	1.618	0%	-
Carteira Nova			
Individual	7.466.196	13%	970.605
Rendas Individual	28.672	0%	-
Rendas Individual (novas bases técnicas)	6.251	0%	-
PPR Confiança	287	0%	-
Rendas Grupo	451.771	0%	-
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	444.117	0%	-
Grupo Tradicionais	288.229	0%	-
VICTORIA Vantagem Investimento	1.996.181	0%	-
Total	**10.683.322**		**970.605**

A percentagem a atribuir por modalidade é determinada tendo por base os valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2011 a 2013).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2014, é a seguinte:

(Un: Euros)

Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída		Saldo final
			Pagamentos	Aumento benefícios	
Carteira Antiga	47.416	295	1.818	-	45.893
Carteira Nova					
Individual	1.992.623	371.456	753.070	55.352	1.555.657
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Grupo Tradicionais	2.941.596	1.600.379	1.706.695	-	2.835.280
VICTORIA Vantagem Investimento	68.105	131.646	3.518	60.121	136.112
Total	**5.310.578**	**2.103.776**	**2.465.101**	**115.473**	**4.833.780**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 14 – Passivos Financeiros de contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos contratuais, existir uma taxa mínima garantida, assumem para a companhia risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

(Un: Euros)

	Com risco investimento	Sem risco investimento	Total
Valor inicial	45.315.342	386.119	45.701.461
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	1.252.209	11.585	1.263.794
Montantes pagos	10.711.512	12.122	10.723.634
Rendimento (gastos)	2.702.211	27.967	2.730.178
Encargos de Gestão	532.078	9.514	541.592
Passivos adquiridos (deduzidos) para outras empresas	(2.855.360)	(6.060)	(2.861.420)
Valor final	**35.170.812**	**397.975**	**35.568.787**

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos financeiros que os compõem, conforme Nota 13.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Tomadores de Seguros	3.184.914	2.869.501
Mediadores de Seguros	99.733	80.498
Co-Seguros	30.287	11.628
Subtotal	3.314.934	2.961.627
Resseguradores	737	384
Outros Credores	994.082	1.367.340
TOTAL	**4.309.753**	**4.329.351**

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 2.907.471 (2013: Euros 2.620.009) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes. A rubrica Outros Credores inclui o saldo com a VICTORIA – Seguros, S.A no montante de Euros 81 (2013: Euros 327.545) e ainda o montante relativo a Depósitos à ordem referidos na Nota 1.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 16 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

(Un: Euros)

	2014	2013
Rendas e Alugueres	38.533	23.786
Outros acréscimos e diferimentos	229.225	3.832
Total	**267.758**	**27.618**

Acréscimos e diferimentos no Passivo

(Un: Euros)

	2014	2013
Férias e subsídio de férias	492.528	535.968
Outros encargos com pessoal	-	646.539
Incentivos comerciais	444.911	470.064
Rendas e alugueres	252.200	233.705
Outros acréscimos e diferimentos	120.404	511.539
Total	**1.310.043**	**2.397.815**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 17 – Capital Próprio

O capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., no montante de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., é representado por 1.700.000 ações de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

Em 2003, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho, a Empresa procedeu a um aumento do capital social de Euros 1.000.000 pela emissão de 200.000 novas ações de valor nominal de Euros 5, e prémio de emissão de Euros 2.500.000.

As Reservas de reavaliação sofreram no decurso do exercício de 2014, as seguintes alterações:

(Un: Euros)

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Justo Valor de Ativos Financeiros	8.730.145	5.019.570	(1.623.817)	12.125.898
Instrumentos de capital e Unid Participação	24.234	25.773	(24.234)	25.773
Títulos de Dívida	8.705.911	4.993.797	(1.599.583)	12.100.125
Dívida Pública	4.069.024	2.998.102	(979.819)	6.087.307
De Outros Emissores Públicos	718.291	928.324	(68.848)	1.577.767
De Outros Emissores	3.918.596	1.067.371	(550.916)	4.435.051
Terrenos e Edifícios	192.673	108.716	-	301.389
Total	**8.922.818**	**5.128.286**	**(1.623.817)**	**12.427.287**
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(1.305.979)	335.374	-	(970.605)
Total	**7.616.839**	**5.463.660**	**(1.623.817)**	**11.456.682**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 18 – Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital social.

NOTA 19 – Transações entre partes relacionadas

As demonstrações financeiras da sociedade são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A..
No decurso de 2014, a VICTORIA tinha como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMA.

A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

(Un: Euros)

GANHOS E PERDAS	VICTORIA Internacional de Portugal SGPS, SA	VICTORIA- Seguros, S.A	SMAvie BTP
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido			
Total dos Proveitos	-	-	-
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg			
Custos com sinistros			
Variação Provisões Técnicas			
Outros Gastos Gerais e Administrativos	336.561		159.216
Total dos Custos	336.561	-	159.216
Líquido Proveitos/ (Custos) 2014	(336.561)	-	(159.216)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2013	(363.567)	-	(170.676)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

(Un: Euros)

BALANÇO	VICTORIA Internacional de Portugal SGPS, SA	VICTORIA- Seguros, S.A	SMAvie BTP
Ativo			
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido			-
Outros Devedores por operações de seguro e outras	1.142.998	-	-
Total do Ativo	1.142.998	-	-
Passivo			
Passivos Subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros Credores por operações de seguro e outras		81	
Total do Passivo		81	-
Liquido Ativo / (Passivo) 2014	1.142.998	(81)	-
Liquido Ativo / (Passivo) 2013	1.338.862	(327.545)	946

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

No que se refere à entidade SMAVie, esta desenvolve a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 20 – Elementos extra patrimoniais

Compromissos com locação operacional

Em 31 de dezembro de 2014, os compromissos financeiros assumidos pela Companhia com contratos de manutenção e aluguer operacional encontram-se distribuídos pelos seguintes exercícios futuros:

(Un: Euros)

Compromissos financeiros	Valor
2015	67.435
2016	15.903
2017	6.145
Total	**89.483**

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Natureza da Garantia	2014	2013
Avales, fianças e outras garantias de crédito		
Direção Geral de Contribuições e Impostos	282.574	282.574
Câmara Municipal do Porto	5.756	5.756
Total	**288.330**	**288.330**

Fundos de Pensões

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela companhia era de Euros 26.966.788 (2013: Euros 25.265.078), dos quais Euros 2.364.214 (2013: Euros 2.686.271) têm taxa garantida.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 21 – Prémios de Contratos de seguro

Relativamente ao Seguro de Vida, temos:

(Un: Euros)

Prémios brutos emitidos de seguro direto	2014	2013
Relativos a contratos individuais	30.433.259	28.195.748
Relativos a contratos de grupo	12.940.933	10.210.539
	43.374.192	**38.406.287**
Periódicos	21.587.261	21.907.620
Não Periódicos	21.786.931	16.498.667
	43.374.192	**38.406.287**
De contratos sem participação nos resultados	7.537.774	3.830.088
De contratos com participação nos resultados	35.836.418	34.576.199
	43.374.192	**38.406.287**
Saldo de resseguro	**(219.958)**	**(520.530)**

NOTA 22 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

(Un: Euros)

	2014	2013
Encargos de subscrição	14.867	19.313
Comissão de gestão	542.016	683.498
	556.883	**702.811**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 23 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os critérios de valorimetria utilizados na mensuração dos investimentos estão referidos na nota III. Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Terrenos e Edifícios	2.120.806	1.902.375
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	273.400	241.567
Instrumentos de Capital e Unid Participação	1.512	419
Títulos de Dívida	271.888	241.148
Ativos disponíveis para venda	4.108.908	5.009.437
Instrumentos de Capital e Unid Participação	-	-
Títulos de Dívida	4.108.908	5.009.437
Empréstimos concedidos e contas a receber	40.733	25.512
Depósitos	3.177	3.688
Empréstimos concedidos	37.556	21.824
TOTAL	**6.543.847**	**7.178.891**

Não existem de rendimentos de investimentos, proveniente de dividendos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 24 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 31.

NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos ativos disponíveis para venda e é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Ativos disponíveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	40.567	428.758
Títulos de dívida	1.880.992	614.209
Subtotal	1.921.559	1.042.967
Terrenos e Edifícios	(48.107)	-
	1.873.452	**1.042.967**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados

A movimentação ao nível dos ativos financeiros é como segue:

(Un: Euros)

	2014		2013	
	Valias realizadas	Ajustamento justo valor	Valias realizadas	Ajustamento justo valor
Ativos financeiros detidos para negociação				
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	(15.106)	123.313	19.594	50.521
Instrumentos de Capital e Unid Participação	23.966	(230.888)	23.099	52.857
Títulos de Dívida	(39.072)	354.201	(3.505)	(2.336)
Total	**(15.106)**	**123.313**	**19.594**	**50.521**

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

(Un: Euros)

	2014	2013
Gastos em passivos	(2.811.284)	(2.234.065)
Ganhos em passivos	81.106	81.630
Total	**(2.730.178)**	**(2.152.435)**

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos ativos financeiros afetos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 27 – Perdas de Imparidades

Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 4.

As imparidades registadas em 2014 no montante de Euros 145.683 (2013: Euros 207.461) respeitam a ativos, classificados como Instrumentos de capital e unidades de participação, maioritariamente em Fundos Imobiliários.

NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013		2014	2013
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro		-	Por gestão Co-Seguro	-	-
Por gestão Fundos de Pensões	220.509	236.119	Por gestão Fundos de Pensões	164.063	171.513
Por outros	528	25	Por outros	29.128	42.096
Subtotal	221.037	236.144	Subtotal	193.191	213.609
Total	**(27.846)**	**(22.535)**			

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 29 – Outras Provisões (Variações)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais e para o Duplo Valor.

Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

(Un: Euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Saldo final
Outras Provisões	755.858	-	73.323	911	681.624

NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2014	2013		2014	2013
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Multas e penalidades	-	20	Restituição impostos	169.561	62.219
Quotizações diversas e donativos	620		Outros rendimentos e ganhos	5.213	132.754
Outros gastos e perdas	19.052	63.714			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	7.928	511	Juros obtidos	1.119	1.388
Outros gastos e perdas	20.000	21.465	Outros rendimentos e ganhos	21.321	5
Austamentos			Ajustamentos		
De recibos por cobrar	20.631	63.541	De recibos por cobrar		
De créditos de cobrança duvidosa			De créditos de cobrança duvidosa		
Perdas em Ativos Tangíveis	23.447	6.721	Outros	-	30.278
Subtotal	91.678	155.972		197.214	226.644
Total	**105.536**	**70.672**			

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 31 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Despesas com Pessoal	4.319.907	4.785.531
Fornecimento e Serviços Externos	3.179.419	3.302.426
Impostos e Taxas	70.015	70.666
Amortizações do Exercício	415.146	442.408
Juros Suportados	-	-
Comissões	233.728	252.622
Total	**8.218.215**	**8.853.653**

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários faturados pelos Revisores Oficiais de contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):
Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 50.200 Euros

Serviços de garantia de fiabilidade – pareceres sobre o sistema de gestão de riscos e controlo interno, mapas prudenciais e estatísticos no montante de 14.300 Euros .
A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

	2014		2013	
	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento
Custos com sinistros	642.667	-	359.733	-
Custos de exploração	6.151.975	377.882	7.361.548	478.224
Custos de aquisição	1.697.940	96.572	1.947.174	126.493
Custos administrativos	4.454.035	281.310	5.414.374	351.731
Custos com investimentos	713.021	43.998	377.511	24.524
Custos Gestão Fundos de Pensões	288.672	-	252.113	-
Total	**7.796.335**	**421.880**	**8.350.905**	**502.748**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 32 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve, além de 1 membro do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 93 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados 2014	Nº Médio de Empregados 2013
Quadros superiores	13	13
Quadros médios	7	7
Profissionais altamente qualificados	24	15
Profissionais qualificados	49	42
Profissionais semi – qualificados	-	-
Estagiários e aprendizes	-	-
Total	**93**	**77**

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são analisados como segue:

Rubricas	2014	2013
Remunerações		
dos órgãos sociais	-	-
do pessoal	3.283.620	2.852.385
Encargos sobre remunerações	756.113	679.946
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	17.798	8.419
Planos de benefício definido	1.574	1.803

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

(Un: Euros)

Rubricas	2014	2013
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	77.245	12.680
Benefícios de cessação de emprego	29.087	1.081.413
Seguros obrigatórios	70.590	68.814
Gastos de ação social	39.180	41.903
Outros gastos com pessoal	44.700	38.168
Total de custos com pessoal	**4.319.907**	**4.785.531**

Os órgãos da companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

A sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

(Un: Euros)

Órgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Conselho Executivo	2	175.867	172.356
Diretores	8	427.576	419.963
Responsáveis	14	82.381	838.761
Total	**25**	**685.824**	**1.431.080**

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida. Adicionalmente, também não se perspetivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA VIDA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito
Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros reclassificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação
Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros
Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, e as normas recentemente emitidas mas cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2013 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na Nota 32. Estas Normas serão adotadas pela Companhia a partir da data do endosso pela UE.

NOTA 32— Novas Normas e Interpretações

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014

NOTA 32.1—Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela empresa/grupo.

Não existem revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela empresa.

NOTA 32.2— Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da empresa/grupo.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que "um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas".
Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

NOTA 32.3— Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de janeiro de 2015 e que a empresa/grupo não adotou antecipadamente são as seguintes:

Endossadas pela UE:

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

reconhecidas como uma redução dos custo do serviço no período em que o serviço é prestado.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012
Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação do segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a rexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de ativos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de julho de 2014)

Esta norma foi finalmente completada em 24 de julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial , ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL) . No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumentos é medido pelo valor justo através do resultado integral(FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL . Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL . No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentada no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9 , incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) a instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de redimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações .
- Geralmente, as entidades são obrigados a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura .
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospetiva e parcialmente prospetiva.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de maio de 2014)

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguinte normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade).
Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.
Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato, (iii) determinar o preço de transação, (iv) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho no contrato e (iv) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais de obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A interpretação é aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospetiva.

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (Emendas emitidas em 18 de dezembro de 2014)

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade
A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário.
As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras
As exigências de apresentação para os items em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações).Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospetiva.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos (Emendas emitidas em 12 de maio de 2014)

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que o rendimento reflete um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e não o de que os benefícios económicos são consumidos através do uso do ativo. Como resultado, a proporção da receita gerada em relação à receita total prevista para ser gerada não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.
A aplicação é prospetiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de setembro de 2014)

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que a reclassificações diretas de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes de detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo.

Aplicação prospetiva.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras de ínterim.
Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito a um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta títulos de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex: Eurozone) e não os existentes em cada país.

Esta melhoria aplica-se a partir dos saldos de abertura mais antigos apresentados nos comparativos das demonstrações nas quais a alteração seja aplicada pela primeira vez.

Aplicação retrospetiva.
As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as Demonstrações Financeiras da empresa/grupo.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	subtotal									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	subtotal									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	subtotal									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	subtotal									
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	subtotal									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	subtotal									
	subtotal									
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	subtotal									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	subtotal									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	subtotal									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	subtotal									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	subtotal									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	subtotal									
	subtotal									
	total									
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTENOE0018	O. T. JUNHO TF 08/18		100.000	95,95		95.952	111	111.000	2.426	4,450%
PTOTEYOE0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,37		198.733	111	221.720	5.485	3,850%
PTOTELOE0010	O.T. OUT TF 07/17		27.000	103,44		27.929	109	29.500	245	4,350%
PTOTE3OE0017	O.T. OUT TF 10/15		3.000	98,32		2.950	102	3.071	21	3,350%
	subtotal		330.000			325.564		365.291	8.177	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	subtotal		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	-		-	-	-	-	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	-		-	-	-	-	
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DEPOSITOS TF 10/20		1.000.000	100,11		1.001.099	116	1.164.250	39.356	4,250%
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	-		-	-	-	-	
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	-		-	-	-	-	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	-		-	-	-	-	
913012886001	SOMEC 92/97		150	-		-	-	-	-	

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
913012886002	SOMEC 94/99		349	-		-	-	-	-	
	subtotal		1.001.222			1.001.099		1.164.250	39.356	
	subtotal		1.331.222			1.326.663		1.529.541	47.533	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Ações									
	subtotal	-				-		-		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	subtotal	-				-		-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	683.800			4	2.485.953	3	2.321.159		
	subtotal	683.800				2.485.953		2.321.159		
	2.1.2.4 - Outros									
	subtotal	-	-			-		-	-	
	subtotal	683.800	-			2.485.953		2.321.159	-	
	total	683.800	1.331.222			3.812.616		3.850.700	47.533	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
E0000307166	BELGIUM KINGDOM TF 06/16		1.690.000	99,12		1.675.058	106	1.785.908	14.145	3,250%
ES00000120J8	BONOS Y OBLIG TF 06/17		3.000.000	99,26		2.977.726	106	3.192.450	104.318	3,800%
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	101,00		3.029.898	112	3.348.600	51.896	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	103,13		309.377	117	349.950	5.622	4,500%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	98,44		984.429	112	1.124.150	7.274	2,250%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 10/21		300.000	101,33		303.989	114	343.365	7.418	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	128,29		1.026.304	152	1.212.400	49.452	6,250%
IT0003719918	BUONI POLIENNALI TF 04/15		1.300.000	100,06		1.300.741	100	1.303.510	23.008	4,250%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
IT0003844534	BUONI POLIENNALI TF 05/15		1.600.000	100,43		1.606.942	102	1.630.560	24.986	3,750%
IT0004019581	BUONI POLIENNALI TF 06/16		1.100.000	101,08		1.111.892	105	1.150.655	17.178	3,750%
IT0004164775	BUONI POLIENNALI TF 06/17		300.000	101,32		303.967	107	320.475	4.997	4,000%
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	97,33		194.660	114	228.990	3.123	3,750%
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	102,78		5.138.980	111	5.561.500	93.699	4,500%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	102,82		205.645	113	225.520	3.748	4,500%
IT0004615917	BUONI POLIENNALI TF 10/15		200.000	100,09		200.172	101	202.230	263	3,000%
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	100,78		1.511.628	116	1.735.200	19.890	4,000%
FI0001006066	FINNISH GOVT TF 06/17		600.000	107,60		645.579	111	663.240	6.816	3,875%
FI4000020961	FINNISH GOVT TF 11/21		900.000	105,96		953.623	120	1.079.505	22.438	3,500%
FR0010216481	FRANCE O.A.T. TF 04/15		2.700.000	102,27		2.761.423	102	2.764.665	14.869	3,000%
FR0010288357	FRANCE O.A.T. TF 05/16		1.000.000	98,76		987.641	104	1.038.550	22.171	3,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	101,15		2.326.475	121	2.778.745	58.839	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	102,54		1.025.439	113	1.128.050	27.288	4,000%
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	101,03		606.169	117	701.670	14.326	3,500%
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	137,31		686.549	164	821.075	28.993	8,500%
FR0010163543	FRANCE OAT TF 04/15		3.000.000	99,88		2.996.455	101	3.031.650	71.630	3,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	110,37		2.317.742	131	2.750.580	16.383	4,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		370.000	106,08		392.504	115	425.870	5.575	2,500%
GRR000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,00		3	1	4.712	-	
IE0006857530	IRISH GOVERNMENT TF 99/16		2.950.000	105,20		3.103.362	106	3.123.460	95.548	4,600%
DE000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	108,81		544.061	127	635.525	14.743	4,375%
NL0000102283	NETHERLANDS GOVERNMENT TF 06/16		2.900.000	100,29		2.908.541	106	3.078.495	53.710	4,000%
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		6.200.000	109,91		6.814.612	126	7.800.220	222.945	3,750%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		300.000	102,84		308.527	118	354.975	4.862	3,500%
NL0009712470	NETHERLANDS GOVT TF 11/21		300.000	102,81		308.439	119	357.270	4.514	3,250%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22		1.000.000	99,41		994.121	125	1.245.340	42.781	4,500%
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000	100,03		400.134	120	480.860	7.223	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.500.000	99,70		2.492.582	121	3.025.750	25.651	3,500%
AT0000A011T9	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 06/16		1.000.000	106,33		1.063.254	107	1.068.500	11.726	4,000%
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000	112,17		5.047.554	123	5.541.300	114.750	3,650%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		50.000	106,18		53.090	115	57.550	754	3,500%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		50.000	102,12		51.060	118	59.162	810	4,000%
	subtotal		59.840.000			61.670.347		67.732.182	1.320.362	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0010163329	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/15		300.000	100,39		301.156	101	303.180	7.419	3,625%
FR0010301747	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/16		300.000	101,20		303.590	105	313.947	7.419	3,625%
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	102,58		2.564.507	120	2.991.875	17.209	3,750%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		1.000.000	103,22		1.032.212	121	1.207.900	28.993	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		900.000	105,13		946.189	127	1.138.950	7.228	4,375%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		1.110.000	99,13		1.100.330	115	1.271.461	24.557	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		400.000	99,52		398.093	105	418.304	2.082	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,99		499.964	101	502.830	366	0,382%
XS1107266782	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/22		600.000	99,99		599.968	100	601.608	133	0,362%
DE0001240265	GEMEINSAME BUND TF 07/17		300.000	102,39		307.161	109	327.693	9.152	4,250%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.700.000	99,93		1.698.799	100	1.704.420	623	0,159%
DE000A11QEH5	LAND BERLIN 14/20		1.200.000	99,92		1.199.099	101	1.208.088	459	0,215%
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000	102,73		205.457	113	225.750	7.149	4,250%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		1.600.000	99,98		1.599.618	100	1.603.088	418	0,181%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		2.400.000	100,07		2.401.614	101	2.412.096	1.191	0,232%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		1.600.000	99,92		1.598.698	101	1.617.408	387	0,512%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	112,97		2.824.155	127	3.171.400	63.527	4,375%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		1.400.000	99,99		1.399.858	103	1.436.750	376	0,806%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS0484565709	B.E.I. 10/18		2.200.000	99,40		2.186.800	100	2.205.170	387	0,111%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,52		99.520	105	104.576	521	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		600.000	100,00		600.000	101	603.396	439	0,382%
DE000A1ELUX5	GEMEINSAME BUND TF 10/15		20.000	103,08		20.616	101	20.154	232	2,000%
DE000A1K0UB7	KFW TF 11/16		90.000	104,55		94.095	103	92.997	567	2,000%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.400.000	99,89		1.398.474	100	1.403.640	513	0,159%
DE000A11QEH5	LAND BERLIN 14/20		500.000	99,94		499.680	101	503.370	191	0,215%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		1.000.000	99,96		999.600	100	1.001.930	262	0,181%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		1.300.000	99,86		1.298.180	101	1.306.552	645	0,232%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		700.000	99,88		699.160	101	707.616	169	0,512%
	subtotal		28.420.000			28.876.593		30.406.149	182.614	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		600.000	100,00		599.999	100	600.666	250	0,310%
FR0011521103	AIR LIQUIDE FINANCE 13/16		2.100.000	99,98		2.099.533	100	2.098.530	230	0,282%
XS1075790367	ALD INTERNATIONAL 14/15		300.000	99,97		299.911	100	300.525	128	0,732%
XS1108681625	ALFA LAVAL TREASURY INTE 14/19		400.000	100,00		399.993	100	401.616	134	0,633%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		900.000	99,52		895.679	97	868.545	22.038	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		300.000	99,97		299.918	101	302.835	7.983	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		300.000	99,32		297.951	114	341.118	8.438	2,950%
XS0230228933	B.E.I. TF 05/15		2.100.000	102,29		2.148.023	102	2.151.030	13.844	3,125%
ES0413900103	BANCO SANTANDER CENT-HASF TF 05/15		3.000.000	99,32		2.979.693	102	3.061.500	24.144	3,125%
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,03		1.600.504	118	1.889.360	46.992	4,000%
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,66		199.318	130	260.020	5.362	4,750%
XS1026097516	BANQUE FED DU CREDIT MUTUEL 14/15		400.000	99,97		399.868	100	400.308	225	0,356%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		400.000	99,83		399.303	100	398.284	3.403	1,500%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	100,03		15.004.246	114	17.122.500	162.917	4,250%
XS1023268060	BAYER AG 14/16		300.000	99,99		299.968	100	300.393	167	0,304%
XS0179749808	BAYERISCHE LANDESBANK 03/15		4.000.000	100,26		4.010.506	100	4.002.840	1.111	0,200%
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		400.000	99,50		397.988	100	401.648	641	0,500%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		500.000	99,85		499.268	101	503.850	359	0,631%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		200.000	99,90		199.794	109	217.292	5.890	3,125%
XS0917462714	CARREFOUR BANQUE 13/16		200.000	99,99		199.988	101	201.678	396	0,938%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRACHON TF 14/24		300.000	99,99		299.972	111	332.808	7.982	3,248%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		900.000	99,85		898.675	100	903.645	1.252	0,808%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		2.000.000	104,32		2.086.420	114	2.289.900	56.466	4,500%
FR0010489831	CIE FINANCEMENT TF 06/15		300.000	100,97		302.901	102	306.270	7.379	4,750%
FR0010422618	CIE FINANCEMENT TF 07/17		3.300.000	98,85		3.262.177	111	3.656.268	24.987	4,125%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	104,48		313.437	128	383.160	8.815	4,875%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.600.000	100,00		1.599.959	100	1.600.160	1.661	0,479%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		100.000	99,96		99.958	101	101.001	105	1,081%
XS0983853986	CREDIT SUISSE LONDON 13/15		2.000.000	100,00		1.999.930	100	2.000.500	1.171	0,281%
XS1121919333	CREDIT SUISSE LONDON 14/19		300.000	99,76		299.280	100	300.195	337	0,532%
DE000A1R07L4	DAIMLER AG 13/15		1.100.000	100,00		1.099.976	100	1.100.418	777	0,310%
FR0010539734	DEXIA AGENCY TF 07/17		4.500.000	101,55		4.569.941	112	5.055.975	26.630	4,500%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		400.000	99,61		398.433	109	437.636	6.115	2,250%
DE000HBE1MP5	EUROHYPO AG TF 06/16		1.500.000	102,81		1.542.149	107	1.602.375	6.370	3,875%
BE0002218841	FLUXYS BELGIUM TF 14/29		300.000	99,32		297.966	102	307.107	769	2,750%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		400.000	99,20		396.790	103	411.716	2.306	2,125%
FR0011707710	HSBC FRANCE 14/16		1.300.000	99,96		1.299.431	100	1.301.690	786	0,335%
ES0347785000	IM CEDULAS TF 06/16		2.900.000	103,74		3.008.364	105	3.042.970	69.223	4,250%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	99,41		198.825	119	237.974	1.274	3,750%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		200.000	99,90		199.795	106	212.604	906	2,625%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	102,11		306.335	121	361.500	5.178	3,500%
DE000A0Z2KS2	KFW TF 09/16		500.000	100,24		501.200	105	523.300	7.705	3,125%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000	101,44		304.310	115	346.050	10.956	3,875%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		1.950.000	99,75		1.945.111	101	1.960.003	197	0,182%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		1.000.000	99,94		999.379	100	1.003.610	2.767	1,000%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.100.000	99,49		1.094.390	97	1.070.146	14.390	2,500%
XS1069481601	RABOBANK NEDERLAND 14/15		1.000.000	99,96		999.605	100	1.000.940	289	0,281%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		400.000	99,27		397.079	115	460.516	3.466	2,875%
FR0012146751	SANOFI 14/18		1.100.000	100,00		1.099.965	100	1.103.003	200	0,312%
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		500.000	100,00		500.000	100	501.405	217	0,381%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	120,78		966.205	125	998.680	28.841	4,125%
XS0867620303	SOCIETE GENERALE 14/16		600.000	99,97		599.836	100	601.068	14	0,429%
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		1.500.000	100,00		1.500.001	100	1.500.645	665	0,380%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000	99,38		298.132	115	345.216	992	2,875%
XS1105679366	UBS AG LONDON 14/16		1.200.000	100,00		1.199.970	100	1.201.896	287	0,331%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		700.000	99,97		699.781	114	798.301	35.837	4,125%
XS1145750037	URENCO FINANCE NV TF 14/24		300.000	99,47		298.423	101	302.133	566	2,375%
FR0011471010	VINCI S.A		200.000	99,99		199.988	100	200.880	272	0,661%
XS1055497769	VOLKSWAGEN BANK 14/16		200.000	99,99		199.987	100	200.270	166	0,379%
XS1019327029	VOLKSWAGEN INTL FIN NV 14/16		300.000	99,99		299.972	100	300.414	225	0,381%
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		500.000	100,00		500.000	100	500.555	208	0,310%
XS0737108984	AGENCE FRANCAISE DEVELOP 12/15		2.200.000	101,48		2.232.560	100	2.201.034	3.973	0,985%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		500.000	100,00		500.000	101	504.725	13.305	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		500.000	99,26		496.295	114	568.530	14.063	2,950%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS1026097516	BANQUE FED DU CREDIT MUTUEL 14/15		500.000	99,94		499.700	100	500.385	282	0,356%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		700.000	99,65		697.536	100	696.997	5.955	1,500%
XS1023268060	BAYER AG 14/16		100.000	100,00		100.000	100	100.131	56	0,304%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		700.000	99,85		698.957	101	705.390	503	0,631%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		100.000	99,85		99.850	100	100.405	139	0,808%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.100.000	99,90		1.098.845	100	1.100.110	1.142	0,479%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		170.000	99,95		169.915	101	171.702	179	1,081%
XS0983853986	CREDIT SUISSE LONDON 13/15		1.100.000	100,00		1.100.000	100	1.100.275	644	0,281%
DE000A1R07L4	DAIMLER AG 13/15		700.000	100,00		700.000	100	700.266	494	0,310%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		500.000	99,56		497.805	109	547.045	7.644	2,250%
FR0011707710	HSBC FRANCE 14/16		700.000	99,94		699.580	100	700.910	423	0,335%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		500.000	99,36		496.810	119	594.935	3.185	3,750%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		2.550.000	99,65		2.540.973	101	2.563.082	258	0,182%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		2.000.000	99,75		1.995.000	100	2.007.220	5.534	1,000%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		400.000	99,46		397.848	97	389.144	5.233	2,500%
XS1069481601	RABOBANK NEDERLAND 14/15		500.000	99,95		499.770	100	500.470	144	0,281%
FR0012146751	SANOFI 14/18		1.000.000	100,00		1.000.000	100	1.002.730	182	0,312%
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		300.000	100,00		300.000	100	300.843	130	0,381%
XS0914294979	SNAM SPA TF 13/21		100.000	99,69		99.691	113	113.210	3.107	3,375%
XS0867620303	SOCIETE GENERALE 14/16		300.000	99,98		299.940	100	300.534	7	0,429%
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		900.000	100,00		900.000	100	900.387	399	0,380%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		500.000	99,33		496.655	115	575.360	1.654	2,875%
XS1105679366	UBS AG LONDON 14/16		800.000	100,00		800.000	100	801.264	191	0,331%
FR0011471010	VINCI S.A		200.000	100,00		200.000	100	200.880	272	0,661%
XS1055497769	VOLKSWAGEN BANK 14/16		700.000	100,00		700.000	100	700.945	582	0,379%
	subtotal		92.170.000			92.633.229		97.338.350	713.081	

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	subtotal		180.430.000			183.180.169		195.476.681	2.216.057	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Ações									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	subtotal									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010232298	BFT MONETAIRE	221			13.517	2.987.293	13.526	2.989.222		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	204			10.950	2.233.898	10.959	2.235.720		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	21			57.199	1.201.181	57.250	1.202.259		
FR0000291239	CPR CASH - P	53			22.550	1.195.161	22.569	1.196.132		
IE00B06YB680	PREFF PAN-EUROPEAN REAL ESTATE FUND	10.778			71	762.294	71	769.084		
LU0579997130	BLACKROCK EUROPEAN EQUITY INC	1.600			14	22.544	17	26.768		
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	389			21	8.321	43	16.836		
LU0322248658	DB X-TRACKERS RUSSEL 2000	57			71	4.074	133	7.590		
FR0007054358	LYXOR ETF EURO STOXX 50 A	600			30	18.120	31	18.693		
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	2.675			24	63.528	33	88.676		
FR0010232298	BFT MONETAIRE	91			13.524	1.230.669	13.526	1.230.856		
LU0094219127	BNP INSTICASH EUR I	3.739			141	526.352	141	527.067		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	65			2.281	148.285	2.288	148.741		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	22			10.926	240.378	10.959	241.107		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	125			113	14.125	130	16.196		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	4			57.106	228.424	57.250	229.002		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	22			10.777	237.100	10.833	238.318		
FR0000291239	CPR CASH - P	22			22.501	495.027	22.569	496.507		
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	11			20.366	224.023	20.470	225.171		
	subtotal	20.698				11.840.797		11.903.945		

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	2.2.2.4 - Outros									
	subtotal		-			-		-		
	total	20.698	180.430.000			195.020.966		207.380.626	2.216.057	
	3 - TOTAL GERAL	**704.498**	**181.761.222**			**198.833.582**		**211.231.326**	**2.263.590**	

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

www.victoria-seguros.pt

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

EY
Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 261.503.316 Euros e um total de capital próprio de 30.317.796 Euros, incluindo um resultado líquido de 338.623 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações de Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.235.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 998 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited

   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de VICTORIA - Seguros de Vida, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 26 de Março de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ana Rosa Salcedas

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCICIO DE 2014

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA-Seguros de Vida, SA

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da **VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.** tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, a Conta de Ganhos e Perdas (Conta Técnica e Não Técnica), as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Alterações nos Capitais Próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordámos.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Em conformidade com o exporto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aprove:

a) O Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2014;

b) A proposta de aplicação dos resultados no Relatório de Gestão;

c) A gestão da Sociedade exercida em 2014 pelo Conselho de Administração.

Nesta oportunidade, manifestamos o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 26 de Março de 2015

O Conselho Fiscal

João de Lara Everard
(Presidente)

Santiago Gil de Biedma
(Vogal)

António Vilar
(Vogal)

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

4 ANEXOS

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

www.victoria-seguros.pt

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - RAMO VIDA

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados a atribuida em 2014	Participação nos resultados a atribuir em 2015	Base de Incidência	Distribuição
SEGURO INDIVIDUAL				
Carteira Antiga				
Dividendos				
F1 e F4	1%	1%	Provisão Matemática	No início da anuidade.*Desconto no prémio*
Capital adicional				
F1 e F4	1% ´ anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	1% ´ anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. *Aumento do capital seguro*
Carteira Nova				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC), Nova Geração	0%	0%	Provisão Matemática	
Experiência Segura, Vida Activa e Geração Segura (com taxa garantida de 2,75%)	0,25%	0,25%	Provisão Matemática	
Experiência Segura e Geração Segura (com taxa garantida de 2%)	1,0%	1,0%	Provisão Matemática	
Vida 30+, Vida 50+	1,0%	n.a.	Provisão Matemática	
Seguro de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Capital adicional				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal F(14), Reforma Segura (ACC) Nova Geração – Sobrevivência Nova Geração – Morte	0,22% ´ anos do contrato (max. 18%) 100%	0,19% ´ anos do contrato (max. 18%) 100%	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. *Aumento do capital seguro*
Protecção Vida (FT), Renda Certa (FRT)	100%	100%	Capital ou Renda segura	Contratos que terminam por morte *Aumento do capital ou renda segura*
Desconto no Prémio				
Protecção Vida (FT)	50,5%	50,5%	Prémio	No início da anuidade. *esconto no prémio*

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - RAMO VIDA

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados a atribuida em 2014	Participação nos resultados a atribuir em 2015	Base de Incidência	Distribuição
SEGURO DE GRUPO				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Misto (G11), Capital Diferido (G19)	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguros de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Vantagem Investimento	0.25%	0%	Provisão Matemática	
Desconto no prémio				
Seguro de risco	50.5%	50.5%	Prémio da Cobertura base	No início da anuidade. *Desconto no prémio*

SEGURO DE GRUPO

Produtos Tradicionais

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

Num mundo em que nada perdura e em que até o tempo é alvo de mudança, a VICTORIA mantém a solidez e estabilidade que a caracteriza, cultivando os mesmos valores de sempre:

ENTUSIASMO E ESPIRITO DE EQUIPA.
Temos energia para enfrentar todos os desafios
Colaboramos entre nós
Promovemos o nosso desenvolvimento
Celebramos os sucessos
Temos orgulho naquilo que fazemos
Valorizamos a diversidade de ideias

CONFIANÇA E TRANSPARÊNCIA.
Somos claros na informação que damos
Agimos com seriedade e rigor
Respondemos por aquilo que fazemos

ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE.

Valorizamos o Cliente, antecipando as suas necessidades
Surpreendemos o Cliente com evidência do nosso apoio e competência

EXCELÊNCIA NA EXECUÇÃO.

Somos eficientes na utilização dos recursos disponíveis para atingir o resultado a que nos propomos
Somos inovadores, melhorando continuamente os processos e a nossa atuação
Somos capazes de fazer acontecer

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade,
200 1250-147 Lisboa - Portugal
T 213 134 100 · F 213 134 700

Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico